



Sociedade Metropolitana
de Desenvolvimento S.A.

RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

2024

**Sociedade Metropolitana
de Desenvolvimento S.A.**

ÍNDICE

FICHA TÉCNICA	3
RELAÇÃO DE SIGLAS E ABREVIATURAS	4
I. SUMÁRIO EXECUTIVO	5
II. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS	6
III. ESTRUTURA DO CAPITAL	9
IV. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS	10
V. ORGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES	11
A. Modelo De Governo	11
B. Assembleia Geral	12
C. Administração	13
D. Fiscalização	31
E. Revisor Oficial de Contas (ROC)	31
F. Conselho Consultivo	33
G. Auditor Externo	34
H. Contabilista Certificado	34
VI. ORGANIZAÇÃO INTERNA	34
A. Estatutos e comunicação	34
B. Controlo interno e gestão de riscos	35
C. Regulamentos e códigos	51
D. Deveres especiais de informação	54
E. Sítio na internet	56
F. Prestação de serviço público ou de interesse geral	57
VII. REMUNERAÇÕES	58
A. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO	58
B. COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES	59
C. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES	59
D. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES	61
VIII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS	64
IX. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL	65
69	
X. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	81
XI. ANEXOS	82

FICHA TÉCNICA

| Elaborado por:

Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.

| Intervenientes:

Conselho de Administração

Unidade de Gestão dos Equipamentos e infraestruturas

Unidade de Gestão de Recursos Humanos

Unidade de Gestão de Concessões, Comunicação e Projetos

Unidade de Assessoria Jurídica Contratação e Contencioso

Unidade de Gestão Financeira

Coordenadores dos Empreendimentos na SMD, S.A.

| Coordenação dos Trabalhos:

Conselho de Administração

| Fornecimento dos dados financeiros:

Unidade de Gestão Financeira

Opção Divina – contabilista certificado

| Revisão, paginação e desenho das capas:

Unidade de Gestão de Concessões, Comunicação e Projetos

| Aprovado pelo Conselho de Administração por Deliberação n.º 26/2025, de 28 de fevereiro

| Distribuído:

Remetido aos órgãos competentes em suporte digital e inserido no Portal do TdC

Publicado no site www.sociedadesdesenvolvimento.com



RELAÇÃO DE SIGLAS E ABREVIATURAS

SIGLA	DESIGNAÇÃO
ADSE	Instituto Público de Gestão Participada
AICTPS	Associação da Indústria, Comércio e Turismo do Porto Santo
CCC	Centro Cultural e de Congressos
CSC	Código das Sociedades Comerciais
DREM	Direção Regional de Estatística da Madeira
EPI	Equipamentos de proteção Individual
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRAE	Indicador Regional de Atividade Económica
IRAE	Inspeção Regional das Atividades Económicas
IRC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
LEO	Lei de Enquadramento Orçamental
NCP	Norma de Contabilística Pública
OMS	Organização Mundial de Saúde
ORAM	Orçamento Região Autónoma da Madeira
PCV	Plano de Comercialização e Venda
PIB	Produto Interno Bruto
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAR	Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira
POT	Programa de Ocupação Temporária de Desempregados
PSG	Porto Santo Golfe
RAM	Região Autónoma da Madeira
RGC	Relatório Geral de Contas
RGC	Relatório de Gestão e Contas
SDPO	Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.
SDPS	Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.
SERAM	Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira
SIGO/	Sistema de Informação de Gestão Orçamental
SINTAP	Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas
SST	Segurança e Saúde no Trabalho
UT-SERAM	Unidade Técnica de Acompanhamento do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

Em conformidade com o disposto no artigo 52.º do RJSERAM - Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, a Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. (SMD) apresenta o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário, do qual consta informação anual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo Capítulo II do RJSERAM, destacando-se o funcionamento dos seus órgãos sociais, os objetivos que persegue, o enquadramento legislativo a que esta empresa está obrigada e as medidas de controlo que dispõe.

Em termos de boas práticas, foi aprovado em 26 de janeiro de 2023, o Regulamento do Conselho de Administração, que estabelece as suas regras de organização e de funcionamento, bem como os princípios e normas de atuação que deverão reger a conduta dos seus Membros no exercício das respetivas funções, em complemento das disposições legais e estatutárias, com as quais a sua interpretação se conformará.

QUADRO 1 – PRÁTICAS DE BOM GOVERNO

CAPÍTULO II do RJSERAM – Práticas de bom governo		sim	não	data
Artigo 41.º	Apresentou plano de atividades e orçamento para 2024 adequado aos recursos e fontes de financiamento disponíveis	X		18/09/2024
	Obteve aprovação pelas tutelas setorial e financeira do plano de atividades e orçamento para 2024	X		18/09/2024
Artigo 42.º	Divulgou informação sobre a estrutura societária, participações sociais, operações com participações sociais, garantias financeiras e assunção de dívidas ou passivos, execução dos objetivos, planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais (incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento), documentos de prestação de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental com relatório do órgão de fiscalização, identidade e curriculum dos membros dos órgãos sociais, remunerações e outros benefícios	X		(ver presente relatório)
Artigo 44.º	Elaborou o relatório identificativo de ocorrências, ou risco de ocorrências, associado à prevenção da corrupção, de 2022	X		
Artigo 45.º	Adotou um código de ética e divulgou o documento	X		
Artigo 46.º	tem contratualizada a prestação de serviço público ou de interesse geral, caso lhe esteja confiada		X	
Artigo 47.º	prosseguiu objetivos de responsabilidade social e ambiental	X		
Artigo 48.º	implementou políticas de recursos humanos e planos de igualdade	X		

CAPÍTULO II do RI SERAM – Práticas de bom governo		sim	não	data
Artigo 49.º	declarou a independência de todos os membros do órgão de administração e que os mesmos se abstêm de participar nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	X		
Artigo 50.º	declarou que todos os membros do órgão de administração cumpriram a obrigação de comunicar as participações patrimoniais que detenham na empresa e relações suscetíveis de gerar conflitos de interesse ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção Regional de Finanças	X		(ver presente relatório)
Artigo 51.º	providenciou no sentido de que a UT tenha condições para que toda a informação a divulgar possa constar do sítio na <i>internet</i> da Unidade Técnica	X		
Artigo 52.º	apresentou o relatório do órgão de fiscalização em que é aferido constar do relatório anual de práticas de governo societário informação atual e completa sobre todas as matérias tratadas no Capítulo II do RI SERAM (boas práticas de governação)	X		

Fonte: SMD, S.A.

II. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

1. Missão, Visão e Valores

Tendo presente o objeto social, funções de serviço público e as atribuições que foram acometidas à SMD, esta tem por:

Missão

A missão da SMD, consiste em promover o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural, dos concelhos de Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz e Machico.

Visão

A ação da SMD, visa a rentabilização dos ativos que lhe estão afetos, através da conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos.

Valores

- Responsabilidade
- Compromisso
- Excelência
- Transparência
- Inovação

2. Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida

A adoção de uma estrutura de Governance, em consonância com a estratégia da empresa no âmbito do setor das empresas de interesse económico geral, o cumprimento das obrigações de serviço público e com as orientações de gestão emanadas pelo acionista, assente na transparência, controlo e eficiência, é considerada uma das questões fundamentais para a sustentabilidade da SMD.

A ação da SMD visa a rentabilização dos ativos que lhe estão afetos pelo que na aprovação pela Assembleia Geral realizada no dia 18 de setembro de 2024 foi aprovado o Plano de Atividades para 2024.

O Governo Regional da Madeira em 2024 esteve um longo período em gestão corrente pelo que foi emitido um Despacho Conjunto das Secretarias Regionais das Finanças e da Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, informando que: *“a aprovação dos planos de atividade e orçamento anual e plurianual das empresas públicas do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira -2024 e 2026 enviados, ficam a aguardar que estejam reunidas as condições para tal, e que até à aprovação do plano de atividade e orçamento, a Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento prossegue a sua atividade, dando execução aos investimentos que estavam previstos no plano de atividades para o ano de 2023 com execução naquele ano e anos seguintes, com os condicionamentos, para as empresas reclassificadas, resultantes da inexistência de Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2024 e vigência do Orçamento da Região Autónoma da Madeira 2023 em regime duodecimal a análise e aprovação da Proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2024 e Plano Plurianual para 2024-2026, apenas deverá ocorrer quando o Governo Regional estiver na plenitude das suas competências”*.

As atividades da SMD visam a obtenção de resultados sustentáveis no incremento do desenvolvimento dos concelhos no eixo Câmara de Lobos - Machico nas vertentes económicas, sociais e ambientais, que vão muito além do lucro.

Os investimentos estão relatados e quantificados no Relatório e Contas 2024, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos¹, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 46.º do SERAM.

As propostas apresentadas, e a parte concretizada tiveram em consideração a garantia de níveis adequados de satisfação dos utentes dos inúmeros equipamentos e infraestruturas da SMD, com destaque para as intervenções realizadas no passeio marítimo Praia Formosa – Socorridos

¹ In Capítulo 4. INVESTIMENTOS do Relatório e Contas 2024 da Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.

(1.ª fase que contempla os tramos mais críticos, aferidos por relatório emitido por entidade acreditada) e no Centro Cívico do Estreito de Câmara de Lobos.

De realçar a comemoração dos “20 anos de desenvolvimento”, como marco importante na medida em que grande parte dos empreendimentos das Sociedades de Desenvolvimento comemoravam 20 anos. Em simultâneo, foi realizada uma cerimónia que agraciou os trabalhadores com 20 ou mais anos ao serviço das Sociedades.



Gala 20 Anos de Desenvolvimento



Gala 20 Anos de Desenvolvimento – Homenagem Colaboradores das Sociedades de Desenvolvimento

Nestes termos, e tendo por base as orientações estratégicas de gestão, aprovadas pela Resolução do Conselho de Governo n.º 75/2022, de 18 de fevereiro, e objetivos para o ano de

2024, plasmados no Plano de Atividades e Orçamento, apresentamos a matriz contendo, para cada uma das respetivas orientações estratégicas os resultados alcançados²:

A adoção de uma estrutura de *Governance*, em consonância com a estratégia da empresa no âmbito do setor das empresas de interesse económico geral, o cumprimento das obrigações de serviço público e com as orientações de gestão emanadas pelo acionista, assente na transparência, controlo e eficiência, é considerada uma das questões fundamentais para a sustentabilidade da SMD.

3. Indicação dos fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da empresa

A SMD tem na sua dependência várias infraestruturas de interesse público, mas que não geram qualquer retorno financeiro, e que a título de exemplo apontam-se os seguintes:

Passeio marítimo da Parai Formosa / Socorridos;

Largo da República em Câmara de Lobos;

Ratam-se de equipamentos com avultados gastos de manutenção pelo que no atual modelo de gestão, exige uma elevada dependência do acionista.

4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos departamentos do Governo Regional, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada empresa, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela empresa (ver n.º 4 do artigo 37.º Do RJSERAM).

Os orçamentos de exploração e de investimento da SMD, aprovados em Assembleia Geral realizada no dia 18 de setembro de 2024, tiveram em consideração as medidas de contenção impostas pelo Orçamento da RAM e Circular da SRF, relativamente às instruções para elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão de 2024.

III. ESTRUTURA DO CAPITAL

A. Estrutura de capital

O capital social da Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., integralmente subscrito e realizado é de 78.556.415 €, representado em 15.711.283 ações nominativas sob forma escritural, de valor nominal de € 5 cada.

² Circular 3/SRF/UT/2023

Não existem quaisquer direitos preferenciais.

B. Limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações

Não existem limitações à titularidade das ações e a sua transmissibilidade deve obedecer ao enquadramento jurídico-legal aplicável, designadamente, pelo estabelecido no RJSERAM.

C. Acordos parassociais

Não existem.

IV. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis bem como da fonte e da causa de imputação, bem como da fonte e da causa de imputação nos termos do que para o efeito estabelece o código das sociedades comerciais (CSC) no seu artigo 447.º (ver alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 42.º do RJSERAM).

Não existem pessoas singulares titulares de participações noutras entidades.

A empresa não detém atualmente qualquer participação noutras entidades.

2. Aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional - alínea c) do n.º 1 do artigo 42º do RJSERAM)

Não foram, no período a que se refere o presente relatório, efetuadas aquisições ou alienações de participações sociais por parte da SMD.

3. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da SMD. não detêm ações ou obrigações da empresa, nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do CSC.

4. Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade

Não existem.

V. ORGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

A. Modelo De Governo

A SMD– Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. foi constituída através do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2001/M, de 4 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2018/M, de 09 de janeiro, diploma que sujeita à cobrança coerciva alguns tipos de créditos da SMD.

É uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que prossegue fins de interesse público, sendo que a 31 de dezembro de 2022 a sua estrutura societária era detida em 100% pela Região Autónoma da Madeira³.

Desde 2014 a SMD, integra o setor público empresarial da Região Autónoma da Madeira, sob a forma de EPR - Empresa Pública Reclassificada.

Apresenta-se com a designação comercial Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., e prossegue fins de interesse público, tem por objeto social a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural dos concelhos de Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz e Machico.

A sua constituição permitiu dotar aqueles concelhos de investimentos que contribuíram para o seu desenvolvimento sócio económico regional, em termos de preservação do equilíbrio ecológico e do património cultural e artístico da Região e da promoção das ações no âmbito do ordenamento do território, a par com a melhoria de vida das populações e da criação de emprego.

1. Identificação do modelo adotado

O modelo de governo societário adotado pela sociedade, assegura uma efetiva separação do exercício de funções de administração de funções de fiscalização, respeitando o disposto nos artigos 29.º e seguintes do SERAM. As funções da administração são asseguradas pelo Conselho de Administração e as funções de fiscalização, asseguradas pelo Fiscal Único (Revisor Oficial de Contas).

³ Cuja tutela está acometida à Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, conforme determinado no Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2023/M, de 10/11.

Os órgãos sociais da empresa são constituídos pela Mesa da Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pelo Fiscal Único (Revisor Oficial de Contas).

A competência para a eleição dos Órgãos Sociais é da Assembleia Geral.

O atual Conselho de Administração da SMD, foi eleito por Deliberação da Assembleia Geral de 29 de dezembro de 2022, com efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2023, e é composto por um presidente e três vogais, eleito para o mandato 2023 – 2025.

A SMD, encontra-se sujeita a vários tipos de controlo, sendo de destacar, entre outros, o Tribunal de Contas, Inspeção Regional de Finanças, Acionista, Direção Regional do Orçamento e Contabilidade e Unidade Técnica de acompanhamento do SERAM.

B. Assembleia Geral

1. Composição da mesa da assembleia geral

Nos termos dos estatutos da SMD, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente e um secretário, eleitos em AG por um período de três anos, renovável por deliberação da AG, dispondo de todas as competências da lei e dos Estatutos, permanecendo no exercício das suas funções até à designação de quem os deva substituir.

A atual Mesa da Assembleia Geral foi eleita por Deliberação da Assembleia Geral de 29 de dezembro de 2022 para o mandato 2023 – 2025.

QUADRO 2 – IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Mandato (Início- Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma ⁽¹⁾	Data
2023- 2025	Presidente de Mesa	Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva	AG	29/12/2022
2023- 2025	Secretário	Agostinho Pedro Gonçalves Marcial da Câmara	AG	29/12/2022

Fonte: SMD

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

2. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias

Não aplicável, uma vez que a Região Autónoma da Madeira detém uma quota de 100%.

C. Administração

1. **Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do conselho de administração, do conselho de administração executivo e do conselho geral e de supervisão.**

Os órgãos de administração e de fiscalização das empresas públicas regionais são ajustados à dimensão e à complexidade de cada empresa, com vista a assegurar a eficácia do processo de tomada de decisões e a garantir uma efetiva capacidade de fiscalização e supervisão, aplicando-se, para este efeito.

É, pois, no âmbito e no exercício da função de acionista, que de acordo com o disposto nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 29.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, que aprova o Regime Jurídico do Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira, conjugado com o n.º 2 do artigo 62.º do mesmo diploma e com o n.º 1 do artigo 390.º do Código das Sociedades Comerciais, na sua atual redação, que foram nomeados os membros do Conselho de Administração.

2. **Indicação do número mínimo e máximo de membros e duração estatutária do mandato dos membros, consoante aplicável, do conselho de administração, do conselho de administração executivo e do conselho geral e de supervisão.**

De acordo com o artigo 11.º dos Estatutos da SMD, o Conselho de Administração é composto por cinco ou sete membros, eleito pela assembleia geral, por um período de três anos, sendo renovável.

A presidência do Conselho de Administração é cometida ao administrador designado pelo acionista Região Autónoma da Madeira, que nas deliberações do conselho tem voto de qualidade, em caso de empate.

3. **Caracterização da composição, consoante aplicável, do conselho de administração com identificação dos membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.**

QUADRO 3 – IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato		Designação			Remuneração	
(Início-Fim)	Cargo	Nome	Forma ⁽¹⁾	Data	[Entidade pagadora]	(O/D) ⁽²⁾
2023-2025	Presidente Conselho de Administração	Nivalda Nunes da Silva Gonçalves	AG	29/12/2022	SMD, S.A.	D
2023-2025	Vogal executivo Conselho de Administração	Maria de Fátima Pita Carvalho Correia	AG	29/12/2022	SMD, S.A.	O
2023-2025	Vogal não executivo Conselho de Administração	Júlia Isabel Vieira Lopes	AG	29/12/2022	SMD, S.A.	D
2023-2025	Vogal não executivo Conselho de Administração	António Paulo Andrade Costa	AG	29/12/2022	SMD, S.A.	D

Fonte: SMD

Legenda:

(1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

(2) O/D– Origem / Destino

- 4. Distinção dos membros executivos e não executivos do conselho de administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do conselho geral e de supervisão (ver artigo 30.º do RJSERAM).**

O Conselho de Administração poderá integrar 2 membros executivos e 2 não executivos.

Todos os membros do Conselho de Administração consideram-se independentes e não estão associados a qualquer grupo de interesses específicos na SMD, nem se encontram em qualquer circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

5. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros

Nos parágrafos seguintes é apresentada uma síntese dos elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração.

Presidente: Nivalda Nunes da Silva Gonçalves

| Formação Académica

Licenciatura em Gestão de Instituições Financeiras - Universidade da Madeira;
Formação Pedagógica de Formadores, pela Magna Voce;
Pós-Graduação em Direitos do Consumidor, pela Universidade de Coimbra;
Pós-Graduação em Contratação Pública, pela Universidade de Direito de Lisboa;
Pós-Graduação em Avaliação de Programas e Projetos Sociais, pela Universidade Católica.

| Atividade Profissional Atual

Desde março de 2018 - Presidente do Conselho de Administração da SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., SMD, S.A. - Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., SDNM - Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.

| Atividade Profissional Anterior

De outubro de 2017 a março de 2018 - Deputada na Assembleia Legislativa da Madeira;
De maio de 2015 a agosto de 2017 - Presidente da IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM;
De outubro 2004 a abril de 2015 - Deputada na Assembleia Legislativa da Madeira;
De janeiro de 2000 a outubro de 2004 - Gestora de clientes no Millennium BCP;
De julho de 1998 a novembro a 1999 - Estágio em Contabilidade;
De julho 1997 a setembro 1997 - Apoio nas atividades de secretaria e faturação.

Vogal Executivo: Maria de Fátima Pita Carvalho Correia

| Formação Académica

Licenciatura em Política Social no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa;
Pós-Graduação em Gestão Portuária e Transporte Intermodal no Instituto Superior de Transportes;
Pós-Graduação em Estudos Europeus, variante de Economia, Centro de Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;
Pós-Graduação em Direito do Trabalho na Faculdade de Direito na Universidade Clássica de Lisboa;
Frequência da Licenciatura em Gestão na Universidade da Madeira;
5.º Ano de Língua Francesa – Alliance Française;

Curso de Desenvolvimento de Competências de Gestão e Administração no Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo.

| Atividade Profissional Atual

Desde novembro de 2019, Vogal do Conselho de Administração da SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., SMD, S.A. - Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., SDNM - Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.

| Atividade Profissional Anterior

De março de 2014 a dezembro de 2016 e de outubro de 2017 a outubro de 2019 - Vogal Executiva do Conselho de Administração da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;

De maio de 2012 a março de 2014 – Vogal da Mesa da Assembleia Geral da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;

De maio de 2010 a março de 2014 - Diretora Administrativa e de Recursos Humanos na APRAM, S.A.;

De março de 2001 a abril de 2010 - Diretora de Recursos Humanos na APRAM, S.A.;

De novembro de 1997 a fevereiro de 2001 - Diretora Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos na Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, IP;

De abril de 1986 a agosto de 1991 - Técnica Superior no Gabinete de Estudos e Planeamento da Secretaria Regional do Plano e na Direção Regional de Portos;

De janeiro a abril de 1985 - Docente na Escola Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva, Funchal;

De outubro de 1984 a outubro de 1985 - Estágio profissional na UBP-União de Bancos Portugueses.

| Participação em Comissões/Grupos de Trabalho

Integrou grupos de trabalho para a elaboração de propostas de diplomas de adaptação de legislação ao sector portuário da RAM;

Colaborou, na qualidade de representante regional, na elaboração da proposta do Decreto-Lei de racionalização de efetivos no sector portuário (reforma antecipada);

Representante da APRAM, S.A. como membro suplente no Centro de Coordenação Operacional Regional;

Representante suplente da RAM no Observatório da Cabotagem Insular e na Comissão de Planeamento e Emergência do Transporte Marítimo;

Representante no grupo de trabalho previsto no DL n.º 51/2016, de 23 de agosto, que regula as condições para a obtenção do peso bruto verificado de cada contentor para exportação abrangido pela Convenção Internacional sobre a Segurança de Contentores (CSC), 1972, que é carregado num navio a que se aplique o capítulo VI da Convenção Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS), 1974, e fixa as condições de credenciação necessárias;

Representante suplente da RAM no CCPTMP – Conselho consultivo para a proteção do transporte marítimo e dos portos.

Vogal Não Executivo: António Paulo Andrade Costa

| Formação Académica

Licenciatura em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.

| Atividade Profissional atual

Técnico Superior Arquitetura, Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional dos Equipamentos e Infraestruturas;

Vogal Não Executivo do Conselho de Administração da SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., SMD, S.A. - Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., SDNM - Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A...

| Atividade Profissional Anterior

De 2011 a 2016 - Técnico Superior Arquitetura, do Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus;

De 2007 a 2011 - Técnico Superior Arquitetura, do Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional Equipamento Social;

De 1986 a 2007 - Técnico Superior Arquitetura, do Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional Equipamento Social e Transportes;

De 1993 a 2007 - Arquiteto/Consultor na elaboração de pareceres sobre projetos de Arquitetura de empreendimentos hoteleiros e similares no âmbito das competências da Direção Regional do Turismo, Secretaria Regional do Turismo e Cultura;

De 1986 a 2007 - Técnico Superior Arquitetura, Governo Regional da Madeira Secretaria Regional dos Equipamentos e Infraestruturas;

De 1985 a 1986 - Docente na Escola da Levada, das disciplinas de Projeto de Construção e de Medições e Custos, do Curso Técnico Profissional de Construção Civil (Pós-Laboral);

De 1979 a 1980 - Docente na Escola Preparatória do Porto Santo, das disciplinas de Educação Visual e Físico-química

Em 1979 - Docente na Escola Preparatória da Achada, das disciplinas de Educação Visual.

Vogal Não Executivo – Júlia Isabel Vieira Lopes

| Formação Académica

Licenciatura em Direito, menção de Jurídico/Económicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Estágio de Advocacia no Centro Distrital de Estágio da Ordem dos Advogados da Madeira terminado a 11 de maio de 1992;

Detentora da Cédula Profissional de Advogado n.º 88M, emitida pela Ordem dos Advogados em 11 de junho de 1993, ora suspensa;

Frequência do curso de pós-licenciatura em Estudos Europeus, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

Pós-Graduação em Direito das Sociedades Comerciais, promovido em parceria entre o Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados e o Instituto Superior de Gestão.

| Atividade Profissional Atual

Técnica Superior no Gabinete Jurídico da Vice-Presidência do Governo Regional e Assuntos Parlamentares;

Vogal Não Executivo do Conselho de Administração da SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., SMD, S.A. - Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., SDNM - Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.

| Atividade Profissional Anterior

De 2015 a 2019 exerceu funções de Chefe de Gabinete da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais;

De 2012 a 2015, face à reestruturação de serviços operada da Secretaria Regional do Plano e Finanças exerceu as funções de Diretora do Gabinete Jurídico e da Zona Franca da Secretaria Regional das Finanças;

De 1993 a 2011 exerceu as funções de Diretora do Gabinete de Estudos e Pareceres Jurídico, órgão de apoio direto ao Secretário Regional das Finanças;

De 1990 a 1993 desempenhou as funções no Gabinete de Estudos e Pareceres Jurídicos da Secretaria Regional das Finanças;

De 1989 a 1990 ingressou na função pública, tendo exercido funções no Gabinete de Estudos e Pareceres Jurídicos da Vice-Presidência e Coordenação Económica.

|Outros

De 1997 a 2006 exerceu, na qualidade de representante do Governo Regional, as funções de Vogal e de Presidente do Conselho de Administração da empresa “Planal - Sociedade de Planeamento e Desenvolvimento da Madeira, S.A.”;

De 2011 a 2015 exerceu as funções de vogal sem funções executivas do Conselho Administrativo único das Sociedades de Desenvolvimento: do Norte da Madeira. S.A., Zona Oeste da Madeira, S.A., Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. e do Porto Santo, S.A.;

De 2015 a 2019 exerceu as funções de Vice-Presidente da Assembleia Geral da Empresa “ARM-Águas e Resíduos da Madeira, S.A.”.

- 6. Evidências da apresentação das declarações de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à inspeção regional das finanças (IRF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (ver artigo 50.º do RJSERAM).**

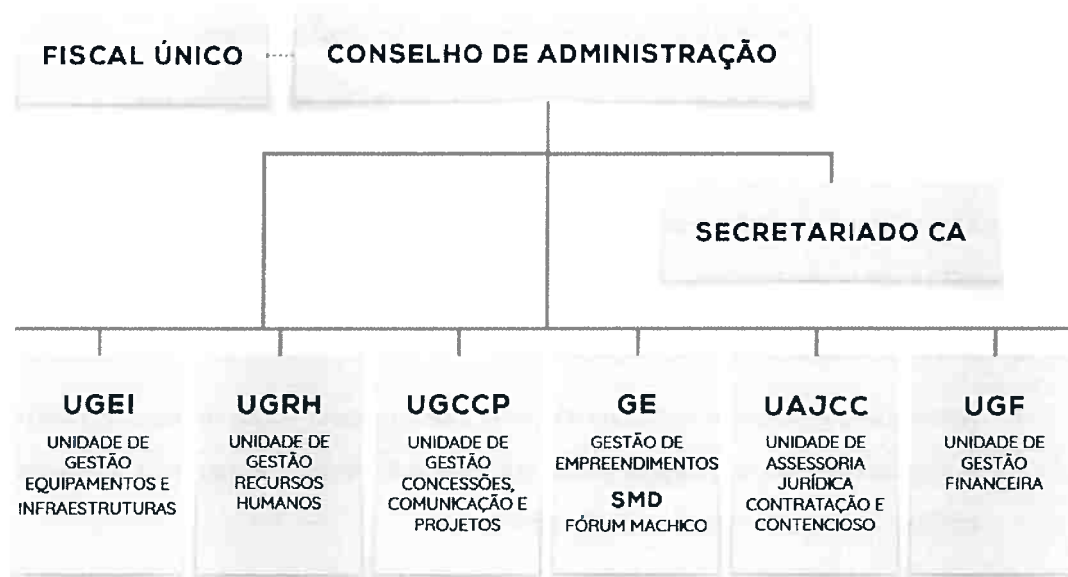
Os membros do Conselho de Administração cumpriram com a apresentação das Declarações ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Regional de Finanças (IRF), nos termos do artigo 50.º do SERAM, as quais se encontram em anexo.

- 7. Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do conselho de administração com acionistas.**

Não aplicável.

- 8. Apresentação de organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da empresa, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da empresa.**

A estrutura organizacional da SMD, é a patente no organograma infra:



Fonte: SMD

Relativamente aos órgãos sociais, as suas competências estão definidas nos Estatutos da empresa, aprovados pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2001/M, de 4 de agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2018/M, de 09 de janeiro:

Competências da Assembleia Geral:

1. A assembleia geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei ou os presentes estatutos lhe atribuem competência.
2. Compete, em especial, à assembleia geral:
 - a) Aprovar o plano de atividades, anual e plurianual;
 - b) Aprovar o orçamento e acompanhar a sua execução;
 - c) Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício;
 - d) Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
 - e) Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade;
 - f) Eleger e exonerar os membros da mesa da assembleia geral, do conselho de administração e o fiscal único;
 - g) Deliberar sobre quaisquer alterações dos estatutos e aumentos de capital;

- h) Deliberar sobre a emissão de obrigações ou outros títulos de dívida;
 - i) Deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais;
 - j) Deliberar sobre qualquer outro assunto para que tenha sido convocada.
3. Sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 9.º, as deliberações são tomadas por maioria dos votos dos acionistas presentes ou representados na assembleia geral, sempre que a lei não exija maior número.

Competência do Conselho de Administração:

1. Assegurar a gestão dos negócios da sociedade e praticar todos os atos necessários à prossecução do seu objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos, cabendo-lhe, designadamente:
 - a) Elaborar o plano de atividades, anual e plurianual;
 - b) Elaborar o orçamento e acompanhar a sua execução;
 - c) Adquirir, alienar ou onerar participações no capital de outras sociedades, bem como obrigações e outros títulos semelhantes;
 - d) Representar a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, propor e acompanhar ações, confessar, desistir, transigir e aceitar compromissos arbitrais;
 - e) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis;
 - f) Deliberar sobre a realização de empréstimos ou outras operações financeiras no mercado financeiro, ressalvados os limites legais;
 - g) Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade;
 - h) Decidir sobre a admissão de pessoal e sua remuneração;
 - i) Constituir procuradores e mandatários da Sociedade, nos termos que julgue convenientes;
 - j) Exercer as demais competências que lhe caibam por lei, independentemente e sem prejuízo das que lhe sejam delegadas pela assembleia geral.

Delegação de competências:

Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, o conselho de administração poderá delegar em algum ou alguns dos seus membros ou em

comissões especiais algum ou alguns dos poderes, conforme consta do Regulamento de funcionamento do Conselho de Administração.

Incumbe, especialmente, à Presidente do Conselho de Administração:

- a) Representar o conselho em juízo e fora dele;
- b) Coordenar a atividade do conselho de administração e convocar e dirigir as respectivas reuniões;
- c) Zelar pela correta execução das deliberações do conselho de administração.

Nos termos do artigo 14.º dos Estatutos da SMD– Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., a Sociedade obriga-se:

- a) Pela assinatura conjunta de dois administradores, sendo obrigatória a assinatura de um dos administradores executivos;
- b) Pela assinatura conjunta dos administradores-delegados, dentro dos limites da delegação do conselho;
- c) Pela assinatura dos procuradores, quanto aos atos ou categoria de atos definidos nas procurações.
- d) Em assuntos de mero expediente, pela assinatura de um dos membros do Conselho de Administração.

Em cumprimento do artigo 405.º do Código das Sociedades Comerciais foi aprovado o RFCA - Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração.

Nos termos do RFCA, a forma de obrigar pagamentos e levantamento de fundos é a seguinte:

- a) As autorizações para o pagamento de despesas e para o levantamento de fundos serão efetuadas pela emissão de cheques, ordem de transferência de fundos ou de crédito em conta bancária e ainda através de outra forma que se imponha, decorrente das condições de utilização da plataforma da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E;
- b) Os documentos são nominativos e obrigam a duas assinaturas do Conselho de Administração, independentemente do definido nos Estatutos desta Sociedade e no procedimento operacional de utilização da plataforma do IGCP.

9. Funcionamento do Conselho de Administração

Em cumprimento do disposto no artigo 13.º dos Estatutos da SMD– Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A e do RFCA, o Conselho de Administração reúne ordinariamente duas vezes por semana e, extraordinariamente, sempre que convocado pela Presidente, por sua iniciativa ou a solicitação de dois administradores.

A. Reuniões realizadas e grau de assiduidade

Em 2024 realizaram-se 83 reuniões de Conselho de Administração e tomadas 159 deliberações.

Nestas, estão incluídas 2 reuniões de Conselho de Administração alargado⁴. A assiduidade por parte dos membros executivos foi a seguinte:

QUADRO 4 - REUNIÕES REALIZADAS / GRAU DE ASSIDUIDADE

Presidente e Vogais Executivos	Presenças reuniões
Nivalda Gonçalves	83
Fátima Carvalho Correia	83

Fonte: SMD

Os vogais não executivos assistiram a 2 reuniões e participaram em 6 deliberações.

Destacamos as seguintes deliberações tomadas no exercício de 2024:

Governo da Sociedade

- Aprovar o Relatório de Gestão e Contas referente ao exercício de 2023;
- Aprovar o Relatório do Governo Societário de 2023;
- Aprovar a listagem de património a submeter à Assembleia Geral para a dação de património em cumprimento do solicitado pela SRF;
- Aprovar o Balanço Social 2023 e o Plano para Igualdade 2023;
- Aprovar o Plano e Relatório de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, Implementação do Responsável pelo Cumprimento Normativo, criação de Canal de Denúncia Interna e Programa de Formação e Comunicação para a Integridade;

⁴ Conselho de Administração com a presença dos vogais não executivos.

- Aprovar o Plano de Atividades e Proposta de Orçamento 2024;
- Aprovar o Plano plurianual de atividades e instrumentos previsionais de gestão para o triénio 2024-2026;
- Aprovar a proposta à Assembleia Geral das Comemorações "20 Anos de Desenvolvimento";
- Propor ao acionista a celebração da 2.ª Alteração ao Contrato Programa - Projeto PIDDAR n.º 52760 - Reabilitação do Empreendimento do Centro Cívico do Estreito de Câmara de Lobos;

Recursos humanos

- Apresentar candidatura aos:
 - Programa MAIS;
 - Programa Ocupacional de Desempregados (POT);
- Aprovar a acumulação das férias vencidas e não gozadas;
- Aprovar a proposta para monitorização da formação/consultoria para implementação do SIADAP;
- Aprovar o Regulamento Interno de abono e ajudas de custo e de transporte;
- Aprovar o Plano de Formação Plurianual 2024–2026;
- Aprovar os termos e condições das Políticas de Privacidade do Regime Geral de Proteção de dados - RGPD;
- Aprovar as normas e procedimentos referente ao Regulamento interno do canal de denúncia;
- Aprovar as normas e procedimentos referente ao Regulamento interno do livro de reclamações eletrónico;
- Aprovar as normas e procedimentos referente ao Regulamento interno da proteção de dados;
- Aprovar o Regulamento interno do controlo de registo de assiduidade dos trabalhadores das Sociedades de Desenvolvimento;
- Aprovar os mapas de férias para o ano de 2024;
- Aprovar a proposta de serviços de formação em SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas);
- Autorizar a prestação de trabalho em regime de jornada contínua;
- Nomear em regime de comissão de serviço os Coordenadores das Unidades e dos Empreendimentos;

- Aprovar o estatuto de trabalhador-estudante à trabalhadora Francisca Verónica Abreu Neto;
- Nomear a Técnica Superior Liliana Ferreira de Sousa para assegurar conjuntamente com a coordenação do Fórum Machico, a coordenação do Centro Desportivo da madeira e das Piscinas da Ribeira Brava;

Gestão financeira / execução do orçamento / ARD'S

- Aprovar a celebração do Acordo de Regularização de Dívida com a entidade Escola de Dança do Funchal;
- Aprovar a celebração do Acordo de Regularização de Dívida com a entidade Korbus;
- Aprovar o Tarifário e Regulamento de Utilização das Salas de Eventos do FM para 2024;
- Aprovar o Relatório de Execução Orçamental - 1.º Trimestre 2024;
- Aprovar o início do processo de execução fiscal do Concessionário Alberto Abreu Sousa, Unipessoal, Lda.;
- Aprovar o Relatório de Execução Orçamental – 1.º Semestre 2024;
- Autorizar no preçário a Criação do Serviço Entidades Públicas para a utilização do Fórum Machico;
- Aprovar o Relatório de Execução Orçamental – 3.º Trimestre 2024.

Gestão documental e implementação do governo eletrónico

- Autorizar a aquisição do Licenciamento do Office 365 para o ano de 2024;

Contratos de arrendamento, atribuição de licenças e contratos de concessões

- Aprovar a Concessão de Exploração do Espaço situado no Largo da República e aprovar a minuta do contrato;
- Aprovar a renovação de aluguer temporário da arrecadação estacionamento do Palestra Serena Lda;
- Aprovar a criação de novos serviços do Fórum Machico para 2024;
- Aprovar o arrendamento da arrecadação do estacionamento à empresa Korbus Unip. Lda.;
- Aprovar a celebração do Aditamento do Protocolo de Utilização das Instalações do FM realizado com a ADARS;
- Aprovar a renovação do Contrato de Concessão de Exploração de um espaço Comercial denominado Loja A - Praça CR7;

- Aprovar a Revogação da Decisão de Contratar para a Concessão de Exploração do Restaurante e Bar do Fórum Machico;
- Aprovar o Aditamento ao Contrato de Concessão de Exploração do Espaço Situado no Largo da República, em Câmara de Lobos;
- Autorizar a emissão de Licença Precária de Ocupação para colocação de um carrinho de vendas na Praia da Alagoa, Porto da Cruz;
- Autorizar a emissão de Licença Precária de Ocupação para a exploração dos WC's na Praia d' Alagoa;
- Autorizar a emissão de Licença Precária de Ocupação para colocação de um carrinho de vendas na Praia da Alagoa, Porto da Cruz;
- Aprovar a Revogação da Decisão de Contratar para a Concessão de Exploração de Espaço Comercial no Primeiro Piso do Fórum Machico;
- Aprovar a Concessão de Exploração de Espaço Comercial no Piso Zero do Fórum Machico e aprovar a minuta do contrato;
- Aprovar a Cessão da Posição Contratual da Concessão de Exploração do Espaço situado no Largo da República - Câmara de Lobos;
- Aprovar o início do procedimento para a Concessão da exploração de um espaço comercial localizado no edifício da Praia dos Reis Magos, Santa Cruz;
- Aprovar o início do procedimento para a Concessão da exploração de um espaço comercial localizado no edifício da Boaventura, Santa Cruz;
- Autorizar a Licença Precária de Ocupação para colocação de uma rulote no Centro do Caniço;
- Autorizar a Licença Precária de Ocupação para colocação de 2 viaturas na Praça CR7;
- Aprovar a Concessão de Exploração dos Espaços Comerciais Localizados na Praça CR7 (Loja 7 e 8) e aprovar a minuta do contrato;

Empreitadas, aquisição de bens e serviços

- Aprovar a prorrogação para a Prestação de Serviços para a Inventariação e Reconciliação Física-Contabilística, avaliação de bens móveis e avaliação do património imóvel de domínio privado e de domínio publico e aprovar a minuta de aditamento ao contrato;
- Aprovar o Início de Procedimento para Lançamento de Concurso Público para as áreas devolutas no Fórum Machico;

- Aprovar a retificação das peças do procedimento para a Empreitada de Reabilitação e Reforço das Zonas Urgentes do Passeio Marítimo da Praia Formosa – Socorridos;
- Aprovar o início de procedimento para a Prestação de Serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança e Saúde em Obra da "Empreitada de Reabilitação do Centro Cívico do Estreito de Câmara de Lobos";
- Aprovar a Prestação de Serviços de custódia e gestão de arquivo;
- Aprovar a Prestação de Serviço para Elaboração de Certificado Energético Final e do Plano de Manutenção do Empreendimento Fórum Machico;
- Aprovar a Prestação de Serviços para substituição de baterias da UPS e iluminação exterior do Fórum Machico;
- Aprovar a Prestação de Serviços de Rocheiros para limpeza de Escarpa sobranceira ao Passeio Marítimo da Praia Formosa – Socorridos;
- Aprovar a aquisição de material e produtos de limpeza;
- Aprovar a Prestação de Serviços para revisão do "Projeto de Execução para a Empreitada de Reabilitação do Centro Cívico do Estreito de Câmara de Lobos";
- Aprovar a Prestação de Serviços de Fiscalização e CSO "Reabilitação do Centro Cívico do Estreito de Câmara de Lobos";
- Aprovar a aquisição de Serviços de Disponibilização de Plataforma Eletrónica de Contratação Pública para as Sociedades de Desenvolvimento e aprovar a minuta do contrato;
- Aprovar o serviço de aluguer de embarcação ligeira com tripulante para apoio ao levantamento batimétrico da Orla Marítima da Praia Formosa;
- Aprovar a execução dos trabalhos de Reparação da Rotura da Rede de Água Potável no Edifício da Ribeira de Boaventura;
- Aprovar a prestação de serviços para levantamento batimétrico da orla costeira do passeio marítimo da Praia Formosa – Socorridos;
- Aprovar a Reparação do Elevador do Fórum Machico, NMN811 - Substituição da placa da drive;
- Aprovar a Prestação de Serviços de Consultoria ao Enquadramento da Operação de Fusão das Sociedades de Desenvolvimento e aprovar a minuta do contrato;
- Aprovar a aquisição e implementação de sistemas de monitorização/contadores para a entrada da Promenade da Praia Formosa;

- Aprovar a reparação e pintura de paredes e substituição de fechadura no Edifício da Praça CR7;
- Aprovar a execução dos trabalhos gerais de manutenção corrente no Passeio Marítimo da Praia Formosa-Socorridos;
- Aprovar a execução dos trabalhos de fecho e escoramento das lajes nos acessos ao calhau nascente e ponte ao trecho 2, no Passeio Marítimo da Praia Formosa-Socorridos;
- Aprovar a Aquisição de Serviços de Elaboração do Projeto de Reabilitação e Reforço Imediato do Passeio Marítimo da Praia Formosa - Socorridos e aprovar a minuta do contrato;
- Aprovar a Aquisição de Serviços de Atualização do Projeto de Reabilitação e Reforço Imediato do Passeio Marítimo da Praia Formosa - Socorridos e aprovar a minuta do contrato;
- Aprovar a prestação de serviço de mergulho profissional para colocação de ADCP DOPPLER NORTEK 600 na Praia Formosa;
- Aprovar a aquisição de serviços para a instalação e configuração de 8 terminais de registo de assiduidade em modo SaaS (solução cloud);
- Aprovar a Prestação de Serviços de mergulho profissional para colocação de ADCP DOPPLER NORTEK 600 na Praia Formosa e aprovar a minuta do contrato;
- Aprovar a Prestação de serviço para realização de avaliação imobiliária para determinação do valor potencial de arrendamento das áreas concessionáveis inseridas no edifício da Ribeira da Boaventura;
- Aprovar a manutenção dos sistemas de Som/CCTV/SADI/SADCO e UPS do Fórum Machico;
- Aprovar a manutenção preventiva das instalações eletromecânicas (bombas, UTAS, Chiller, Ventiladores, Ventiladores) do Fórum Machico;
- Aprovar a Aquisição de Serviços de Disponibilização de Plataforma de Gestão Documental para as Sociedades de Desenvolvimento e aprovar a minuta do contrato;
- Aprovar a Prestação de Serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança da Empreitada de Reabilitação e Reforço imediato do Passeio Marítimo da Praia Formosa - Socorridos e aprovar a minuta do contrato;

- Aprovar a Empreitada de Reabilitação e Reforço Imediato das Zonas Urgentes do Passeio Marítimo da Praia Formosa- Socorridos e aprovar a minuta do contrato;
- Aprovar o fornecimento de equipamento de som para o Fórum Machico;
- Aprovar a Aquisição de Serviços de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho e aprovar a minuta do contrato;
- Aprovar a proposta para personalização de fardas para os colaboradores do Fórum Machico e equipa de manutenção dos vários empreendimentos da Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.;
- Aprovar a empreitada de alterações e adaptações elétricas ao Edifício da Ribeira de Boaventura;
- Aprovar a Aquisição de Serviços de Instalação e Configuração de Terminais de Registo de Assiduidade e minuta do contrato;
- Aprovar os Trabalhos Complementares, erros e omissões no âmbito da empreitada de " Reabilitação e Reforço imediato do Passeio Marítimo da Praia Formosa-Socorridos";
- Autorizar a prorrogação da prestação de serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança para a empreitada de " Reabilitação e Reforço imediato do Passeio Marítimo da Praia Formosa-Socorridos";
- Aprovar os Trabalhos Complementares no âmbito da "Prestação de Serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança e Saúde da Empreitada de Reabilitação e Reforço das Zonas Urgentes do Passeio Marítimo da Praia Formosa- Socorridos";
- Aprovar a Prestação de serviço para reparação da rotura da rede de água potável no Edifício da Ribeira de Boaventura;
- Aprovar os Trabalhos Complementares e prorrogação do prazo execução da Empreitada de Reabilitação e reforço imediato do Passeio Marítimo da Praia Formosa – Socorridos;

Marketing e relações-públicas

- Autorizar a realização de 50% de desconto sobre a taxa da utilização à Associação de Montessori da Madeira, para comemoração do Dia da Criança no âmbito da I Edição do Festival Buzico - Praia da Alagoa;
- Aprovar a realização de 20% de desconto nas utilizações do Auditório do FM (20 de maio e 16 de setembro de 2024), pela Associação Trans Madeira Team;

- Aprovar a realização de 50% de desconto na utilização do Auditório para a comemoração do Dia dos Avós.

B. Indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas

Os membros do Conselho de Administração desempenham funções, em regime de acumulação⁵, autorizado por Despacho Conjunto do Secretário Regional das Finanças e do Secretário Regional dos Equipamentos e Infraestruturas, datado de 2 de janeiro de 2023, na SDPS-Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., SDNM-Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A., SMD, S.A. – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento e na Ponta do Oeste-Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.

QUADRO 5 – ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Nivalda Nunes Siva Gonçalves	Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.; Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.; Ponta do Oeste- Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.	Presidente Conselho de Administração	Privado
Maria Fátima Pita Carvalho Correia	Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.; Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.; Ponta do Oeste- Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.	Vogal Executivo Conselho de Administração	Privado
Júlia Isabel Vieira Lopes	Secretaria Regional de Finanças, Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.; Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.; Ponta do Oeste- Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.	Vogal não Executivo Conselho de Administração	Público/Privado
António Paulo de Andrade Costa	Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.; Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.; Ponta do Oeste- Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.	Vogal não Executivo Conselho de Administração	Público/Privado

⁵ De acordo com os critérios previstos na Resolução n.º 392/2015, de 19 de maio.

Fonte: SMD

C. Órgãos da empresa competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos

Os administradores executivos da SMD são anualmente avaliados pelo acionista, em sede de Assembleia Geral, não tendo sido pré-determinados critérios de avaliação de desempenho.

Não foram determinados contratos de gestão com cada um dos Administradores, embora a empresa estabeleça indicadores de gestão e esteja sujeita a objetivos definidos, designadamente pelo Plano de Desenvolvimento Regional, Orçamento da Região Autónoma da Madeira, Regime Jurídico do SERAM, reuniões periódicas com a tutela e Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 75/2022 que aprova as orientações estratégicas de gestão destinadas à globalidade do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira.

D. Comissões⁶ existentes no órgão de administração

Na estrutura de gestão do Conselho de Administração não existem comissões especializadas.

D. Fiscalização

Não aplicável.

E. Revisor Oficial de Contas (ROC)

1. Identificação do ROC, SROC

A PKF & Associados, SROC, Lda. (PKF), inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 152 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 20161462.

A Sociedade PKF & Associados, SROC, Lda. (PKF), exerce funções desde 1 de janeiro de 2020, representada pelo Dr. José de Sousa Santos, ROC n.º 804 e inscrito na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 20160434.

⁶ Que incluam ou tenham a participação de elementos do órgão de administração ou supervisão.

Foi designado como ROC suplente para o mandato 2023-2025, o Dr. Tiago Romeiro Rocha, ROC n.º 804 e inscrito na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 20161310.

2. Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta contas à sociedade

Em conformidade com o estabelecido no artigo 54.º, n.ºs 3 e 4 do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei nº 140/2015, o período mínimo inicial do exercício de funções de revisão legal das contas pelo ROC é de dois anos e o período máximo de três mandatos, o qual pode ser excecionalmente prorrogado até um máximo de 10 anos, desde que tal prorrogação seja aprovada pelo órgão competente, sob proposta fundamentada do órgão de fiscalização.

Ainda de acordo com o mesmo artigo, nº 2, o período máximo de exercício de funções de revisão legal das contas pelo sócio responsável pela orientação ou execução direta da revisão legal das contas é de sete anos, a contar da sua primeira designação, podendo vir a ser novamente designado depois de decorrido um período mínimo de três anos.

A Sociedade PKF & Associados, SROC, Lda. encontra-se em funções desde 1 de abril de 2023, no seu segundo mandato, pelo que se encontra dentro do limite das renovações consecutivas impostas, sem prejuízo do cumprimento no disposto do Código da Contratação Pública no atinente à aquisição de bens e serviços.

3. Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta sociedade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório.

A Sociedade PKF & Associados, SROC, Lda iniciou funções na SMD em 01/04/2023 para realizar a revisão legal das contas do triénio 2023-2025, como Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, no âmbito da revisão legal das contas.

QUADRO 6 – IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS EFETIVO E SUPLENTE, DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS (SROC), DO ROC E RESPECTIVOS NÚMEROS DE INSCRIÇÃO NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS (OROC) E NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CMVM)

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC		Designação		N.º de anos de função exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na empresa
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma (1)	Data contrato	
2023-2025	FU	PKF & Associados, SROC, Lda	152	20161462	AG	01/04/2023	3
2023-2025	FU Efetivo (PKF)	Dr. José de Sousa Santos	804	20160434	AG	01/04/2023	3
2023-2025	FU Suplente (PKF)	Dr. Tiago Romeiro Rocha	1700	20161310	AG	01/04/2023	3

Fonte: SMD

Legenda:

(1) Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

Nota: Mencionar o efetivo (SROC e ROC) e o suplente (SROC e ROC)

Os honorários do ROC foram calculados nos ternos da circular nº 2/DAFIM/2019 e serviram de preço base para a consulta prévia para a aquisição de Serviços de Revisão Legal de Contas.

QUADRO 7 – REMUNERAÇÃO ANUAL BRUTA ROC

Nome	Remuneração Anual 2024 (€)
	Bruta
PKF & Associados, SROC, Lda	2 990 €

Fonte: SMD, S.A.

4. Descrição de outros serviços prestados pela SROC à empresa e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável.

Não foram prestados outros serviços PKF ou pelos Dr. José de Sousa Santos e Dr. Tiago Romeiro Rocha, ROC que representam a SROC a SMD.

F. Conselho Consultivo

Não aplicável

G. Auditor Externo

Não aplicável

H. Contabilista Certificado

Embora não sendo parte integrante de um órgão social, de realçar que as funções de contabilista certificado, exercidas nos termos e para os efeitos dos Estatutos do Contabilista Certificado, são desempenhadas pela Opção Divina, Lda., representada pelo contabilista Certificado Roberto Luís da Silva Vaz Barros, inscrito na Ordem dos Contabilistas Certificados com o n.º 81367.

VI. ORGANIZAÇÃO INTERNA

A. Estatutos e comunicação

1. Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da empresa.

As alterações de estatutos é competência da Assembleia Geral e efetuada mediante deliberação em Assembleia Geral, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º dos estatutos.

2. Caracterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na empresa.

A SMD dispõe de mecanismos que lhe permitem atuar de duas formas:

- a) Preventiva, de que se destaca o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e o Código de Ética e Conduta e Canal de Denúncia Interna a implementar, assim como o Programa de Formação e Comunicação para a Integridade e o Responsável pelo Cumprimento Normativo;
- b) Reativa designadamente através do Livro de Reclamações, em que presencialmente ou por meio telemáticos é possível efetuar uma reclamação por escrito, a qual é enviada para a entidade reguladora do setor de atividade de atividade;
- c) Através de comunicação direta e reuniões com os Coordenadores, responsáveis pelos empreendimentos e Conselho de Administração;
- d) Poderão, ainda, ser utilizados os contactos constantes da página web <https://sociedadesdesenvolvimento.com/contactos/>

3. Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional.

A Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. cumpre a legislação e a regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção⁷.

Nesse sentido, a SMD, aprovou e adotou o Código de Ética e Conduta das Sociedades de Desenvolvimento, ao abrigo da Recomendação do então Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2009, e enfatizando que a criação do *Mecanismo Nacional Anticorrupção*, pelo Decreto-Lei n.º 109E/2021, de 9 de dezembro, estabelece assim no art.º 6.º do Regime Geral de Prevenção da Corrupção, não obstante o aludido na cláusula n.º 92.ª do Acordo Coletivo de Trabalho entre as Sociedades de Desenvolvimento e o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (SINTAP), celebrado a 12 de junho de 2023, e publicado no JORAM n.º 12, da Série III, que estabelece que os órgãos dirigentes máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos devem dispor de planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas.

Este documento foi amplamente divulgado por todos os seus colaboradores e encontra-se publicitado no sítio da internet no endereço: <https://sociedadesdesenvolvimento.com/>.

O Código de Ética e Conduta das Sociedades de Desenvolvimento contempla exigentes comportamentos éticos e deontológicos, prevendo o tratamento com equidade de todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, instituições públicas relacionadas, outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa.

B. Controlo interno e gestão de riscos

- 1. Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SIC) compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a empresa).**

⁷ artigo 45.º do SERAM

O Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas, inclui medidas de mitigação que gradualmente se pretendem repercutir nas atividades da empresa - Relatório de Execução Anual.

2. Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.

Unidade de Assessoria Jurídica e Contratação Pública.

Nomeação do Responsável pelo Cumprimento Normativo (PCN), estando previsto no corpo do art.º 5.º do RGPC.

3. Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da empresa, transcrição da definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas.

A Gestão dos Riscos integra o Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas e implica uma metodologia de atuação em várias fases, a saber:

- a) Identificação e definição do risco – Reconhecimento e classificação de factos cuja probabilidade de ocorrência e respetiva gravidade das consequências configure riscos de gestão incluindo riscos de corrupção e de natureza similar.;
- b) Análise do risco – Classificar o risco, segundo critérios de probabilidade e de gravidade na ocorrência, estabelecendo-se conjuntos de critérios, medidas e ações, distribuindo-se por tipos consoante as consequências sejam estratégicas ou operacionais;

O nível de risco é uma combinação do grau de probabilidade com a gravidade da consequência da respetiva ocorrência, de que resulta a graduação do Risco.

QUADRO 8 – CLASSIFICAÇÃO DO RISCO

Critérios de Classificação do Risco			
Probabilidade da Ocorrência	Baixa	Média	Alta
Fatores de graduação	Possibilidade de ocorrência, mas com hipóteses de obviar o evento com o controle existente para o tratar	Possibilidade de ocorrência, mas com hipóteses de obviar o evento através de decisões e ações adicionais	Forte possibilidade de ocorrência e escassez de hipóteses de obviar o evento mesmo com decisões e ações adicionais essenciais
Gravidade da Consequência	Baixa	Média	Alta
Fatores de graduação	Dano na otimização do desempenho organizacional, exigindo a calendarização das atividades ou projetos	Perda na gestão das operações, requerendo a redistribuição de recursos em tempo e em custos	Prejuízo na imagem e reputação de integridade institucional, bem como na eficácia e desempenho da sua missão

Avaliação e a Graduação do risco – Atribuição de uma graduação a cada risco identificado, fundada na avaliação da probabilidade e de gravidade na ocorrência, divididos por tipos consoante as consequências sejam estratégicas ou operacionais.

Cada risco deve ser avaliado e estimado numa matriz com base nos princípios enunciados para a sua graduação.

Os riscos são classificados como elevado, moderado ou fraco, conforme matriz de risco, abaixo.

QUADRO 9 – MATRIZ DE RISCO

Medidas	Aceitar Prevenir	Transferir Prevenir	Evitar Transferir
Graus Probabilidade	Baixa	Média	Alta
Gravidade			
Alta	Moderado	Elevado	Elevado

Medidas	Aceitar Prevenir	Transferir Prevenir	Evitar Transferir
Média	Fraco	Moderado	Elevado
Baixa	Fraco	Fraco	Moderado

De seguida, apresenta-se um guião desenvolvido correspondente às fases de análise de risco indicadas.

QUADRO 10 – METODOLOGIA

METODOLOGIA DE ANÁLISE DO RISCO		
ITINERÁRIO DE ANÁLISE	CRITÉRIOS DE ANÁLISE	QUESTÕES
<i>Definição do contexto</i>	<i>Estratégico Operacional</i>	- Quais as áreas de atividade e as características da organização? - Quais são as suas missões e objetivos?
<i>Identificação do Risco</i>	<i>Data Área Descrição</i>	- O que pode acontecer? - Como pode acontecer? - Quando pode acontecer? - Há oportunidade para aperfeiçoamento?
<i>Análise do Risco</i>	<i>Probabilidade Gravidade da Consequência</i>	- Quais as causas da ocorrência do risco? - Quais os efeitos caso o risco ocorra? - O risco é estratégico ou operacional? - Como podem estes efeitos ser reduzidos?
<i>Avaliação do Risco</i>	<i>Elevado Moderado Fraco</i>	- Quais as medidas de prevenção do risco? - Qual a eficiência operacional? - O que resulta da comparação dos custos e dos benefícios do risco?
<i>Desenvolvimento, Tratamento e Controlo do Risco</i>	<i>Evitar Prevenir Transferir Aceitar</i>	- A atividade geradora do risco deve ou não prosseguir? - Como reduzir/controlar as probabilidades e consequências da ocorrência? - Pode delegar-se num terceiro total ou parcialmente a atividade ou o efeito do risco, através de contratos, parcerias, seguros, etc. - O risco é aceitável face ao custo/benefício a que está associado? - Houve aperfeiçoamentos organizacionais?
<i>Acompanhamento, Revisão e Atualização do Plano</i>	<i>Anual Semestral</i>	- Qual a periodicidade do Acompanhamento do Impacto do Risco? - Qual a efetividade da Revisão do Risco? - Houve mudança no grau de prioridade do risco?
<i>Comunicação e consulta</i>	<i>Informação Divulgação</i>	- Quem é afetado? - Quem necessita saber? - Quem deve ser responsável?

4. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da empresa.

A única relação de dependência hierárquica e funcional existente na sociedade está associada ao Conselho de Administração da SMD, como consta no organograma (ponto V.C.8)

5. Indicação da existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

As competências de coordenação da gestão do risco, estão afetas à Unidade de Assessoria Jurídica e Contratação Pública, e incumbem também ao Responsável pelo Cumprimento Normativo, no caso concreto à Chefe de Divisão dos Recursos Humanos.

No que concerne às competências de prevenção de riscos, estas são inerentes a todas as demais unidades orgânicas da SMD, sem exceção, em relação com a natureza/categoria dos respetivos riscos.

6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a empresa se expõe no exercício da atividade.

Identificam-se e descrevem-se a seguir, os riscos da atividade considerados de maior relevância, quanto à probabilidade e impacto, incluindo os riscos corrupção e de infrações conexas considerados prioritários, conforme consta anexo II do Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas:

QUADRO 11 – PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS TRANSVERSAL A TODA A ATIVIDADE DESENVOLVIDA INCLUINDO UNIDADES ORGÂNICAS E SERVIÇOS DAS SOCIEDADES DE DESENVOLVIMENTO – SEDE E GESTÃO OPERACIONAL DOS EMPREENDIMENTOS

Atividade/Perfil funcional	Identificação dos Riscos	PO	GC	GR	Medidas de Prevenção
Exercício ético e profissional das funções	- Risco de quebra dos deveres funcionais e valores, tais como a independência, integridade, responsabilidade, transparência, objetividade, imparcialidade e confidencialidade - Aceitação indevida de ofertas - Situações que envolvam trabalhadores que deixaram o	1	3	2	✓ Acompanhamento e supervisão pelos dirigentes do rigoroso cumprimento dos princípios e normas éticas inerentes às funções ✓ Observância de orientações e mecanismos que garantam a prevenção e o cumprimento dos princípios e valores éticos ✓ Observância de medidas conducentes a prevenir a quebra de

Atividade/Perfil funcional	Identificação dos Riscos	PO	GC	GR	Medidas de Prevenção
	exercício de funções públicas para assumirem funções privadas porque participaram, direta ou indiretamente, em decisões que envolveram a entidade privada na qual ingressaram ou tiveram acesso a informação privilegiada com interesse para essa entidade privada ou, também, porque podem ainda ter influência na entidade pública onde exerceram funções, através de ex-colaboradores				sigilo, designadamente quanto aos mecanismos de acesso e acompanhamento restrito dos processos, nas suas diferentes fases ✓ Acompanhamento e supervisão dos técnicos e equipas de trabalho pelos dirigentes Rotatividade adequada do pessoal ✓ Declaração de compromisso relativa à inexistência de conflitos de interesse, incompatibilidades, impedimentos e escusa ✓ Conhecimento e cumprimento por parte de todos os funcionários dos deveres dos trabalhadores que exercem funções públicas em conformidade com Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, assim como do que dita o Acordo Coletivo de Trabalho entre as Sociedades de Desenvolvimento e o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (SINTAP), celebrado a 12 de junho de 2023, e publicado no JORAM n.º 12, da Série III.
Controlo de qualidade	• Risco de falha do controlo de qualidade dos procedimentos e produtos	2	2	2	✓ Supervisão e revisão dos procedimentos adotados e dos produtos elaborados ✓ Adoção e difusão das melhores práticas e conhecimentos ✓ Segregação de funções entre a Administração Executiva (exercida pelo CA) e a fiscalização (exercida pelo Fiscal Único)
Competências técnicas	• Risco de inadequação do perfil técnico e comportamental ao exercício das funções	1	3	2	✓ Partilha de conhecimentos, experiências e informação técnica ✓ Adequação das necessidades formativas ao perfil exigido ✓ Motivação individual e dos grupos de trabalho

Atividade/Perfil funcional	Identificação dos Riscos	PO	GC	GR	Medidas de Prevenção
Atendimento e relacionamento com terceiros	Risco de prestação de informação inadequada	2	2	2	✓ Definição de níveis de responsabilidade
	Risco de extravio dos documentos e dos equipamentos ou sua inutilização, por ação humana ou causas naturais	1	3	2	✓ Ações frequentes de verificação do cumprimento das regras de manuseamento e utilização dos documentos e equipamentos
Articulação entre a Sede das SD's e os Empreendimentos	Risco de não articulação dos Serviços de Apoio da Sede e Gestão Operacional dos Empreendimentos	1	1	1	✓ Implementação de reuniões periódicas de planeamento e acompanhamento das atividades ✓ Uniformização de procedimentos de reporte da parte dos empreendimentos e implementação de medidas de controlo financeiro e contabilístico com verificação contínua
Conservação da documentação	Risco de deterioração dos documentos, de causa ambiental	2	2	2	✓ Controlo dos níveis de temperatura e humidade ambiental para medição e aplicação de indicadores dos níveis de humidade do ar, segundo diretrizes técnicas internacionais ✓ Rotinas de limpeza periódica dos depósitos de documentação contra pó/poeiras Procedimentos para garantia da conservação de documentos contra pragas de insetos ✓ Procedimentos para garantia da conservação de documentos contra sinistros naturais
	Risco de deterioração dos documentos causados pela ação humana	1	2	1	✓ Acondicionamento dos documentos utilizando os sistemas e materiais adequados ✓ Manuseamento e consulta da documentação com valor histórico ✓ Ações de acondicionamento, de restauro e de conservação da documentação
Tratamento de	Risco de incorreção e desatualização dos conteúdos da Internet e da Base de Dados	2	3	3	✓ Acompanhamento sistemático dos conteúdos da Internet - Sistema de alertas estabelecido

Atividade/Perfil funcional	Identificação dos Riscos	PO	GC	GR	Medidas de Prevenção
Informação/ Publicações	• Risco de erros e falhas nas publicações • Risco de promoção inadequada da imagem da Instituição e da ausência de informação de suporte				✓ Revisão das publicações por elementos externos aos trabalhos de edição ✓ Antecipação dos temas a tratar ✓ Promoção de troca de informação interna e externa ✓ Prestação de Serviços para Utilização de Plataforma Eletrónica de Contratação Pública; ✓ Prestação de Serviços para Utilização Plataforma de gestão documental e arquivo ✓ Prestação de Serviços para Utilização para Base de dados jurídica

Fonte: SMD

Matriz de Risco:

Probabilidade da Ocorrência (PO) e Gravidade da Consequência (GC): 1 – Baixo; 2 – Médio; 3 – Alto

Graduação do Risco (GR): 1 – Fraco; 2 – Moderado; 3 – Elevado

QUADRO 12 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS NA UNIDADE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA SEDE E DOS EMPREENDIMENTOS COM GESTÃO OPERACIONAL LOCAL

Atividade	Identificação dos Riscos	PO	GC	GR	Medidas de Prevenção
Operações Contabilísticas e de Tesouraria	▪ Risco de desvio de dinheiros e valores ▪ Risco de falhas na aplicação de normas, procedimentos e regulamentos de natureza financeira	1	3	2	✓ Conferências da informação intermédia e final ✓ Acompanhamento e controlo da execução das medidas previstas na norma de controlo interno ✓ Segregação de funções e responsabilidade das operações
Produção de informação contabilística	▪ Risco de afetação da qualidade da prestação de contas e da informação contabilística	1	3	2	✓ Conferências da informação intermédia e final ✓ Segregação de funções e responsabilidade das operações ✓ Medidas para controlo de prazos

Atividade	Identificação dos Riscos	PO	GC	GR	Medidas de Prevenção
Processamento das retribuições	Risco do deficiente processamento das remunerações e outros abonos	2	3	3	✓ Conferências da informação intermédia e final ✓ Segregação de funções e responsabilidade das operações
Apoio técnico e administrativo ao Conselho de Administração	Risco de redução da qualidade da informação prestada e do apoio técnico e administrativo com vista à tomada de decisão do CA	1	3	2	✓ Conferências da informação intermédia e final ✓ Análise e revisão permanente da execução dos procedimentos legais e dos estabelecidos no sistema de controlo interno
Gestão de recursos financeiros e patrimoniais	Risco de perda de valores ativos	2	2	2	✓ Conferências da informação intermédia e final ✓ Segregação de funções
Prestação de informação ao exterior	- Risco de deficiente qualidade da informação financeira prestada a entidades externas - Uso e fornecimento de informação reservada	1	3	2	✓ Conferências da informação intermédia e final ✓ Medidas para controlo de prazos ✓ Divulgação da política anticorrupção das SD's através de informação interna, formação ou outras ações adequadas
Apoio a outras unidades orgânicas	Risco da perda de qualidade da informação prestada e do apoio técnico e administrativo às unidades orgânicas	1	2	1	✓ Acompanhamento e supervisão em todos os procedimentos e operações
Contratação de obras, bens e serviços	- Risco de deficiente gestão dos processos de aquisição - de bens/Serviços - Risco de causa de ineficácia no cumprimento dos objetivos sectoriais e operacionais dos empreendimentos e unidades orgânicas - Tráfico de influência	2	3	2	✓ Conferências da informação intermédia e final ✓ Segregação de funções e responsabilidade de funções ✓ Medidas para controlo de prazos ✓ Adoção de instrumentos de gestão previsional com vista a prover as necessidades das unidades orgânicas ✓ Cumprimento do CCP e legislação complementar ✓ Fundamentação em ata da necessidade de procedimentos para a aquisição de bens e serviços



Atividade	Identificação dos Riscos	PO	GC	GR	Medidas de Prevenção
Assegurar a execução de todas as tarefas que se insiram nos domínios financeiros e contabilístico de acordo com as disposições legais aplicáveis e critérios de uma boa gestão	- Utilização de forma deliberada, de princípios contabilísticos diferentes que distorcem a imagem da situação financeira - Discricionariedade no que toca a pagamentos a fornecedores e outros credores - Existência de situações em que os fornecedores/credores não juntam todos os documentos necessários ao pagamento a que têm direito - Classificações incorretas que originam demonstrações financeiras que não transmitem uma imagem correta da situação financeira - Utilização indevida da tesouraria e fundo de caixa	1	3	1	✓ Observar o estritamente previsto na legislação em vigor ✓ Controle através de balancetes e reconciliações bancárias mensais ✓ Registo de todas as despesas e receitas ✓ Controlo da liquidação e pagamento das despesas ✓ Medidas para controlo de prazos ✓ Validação das despesas e comprovação da execução dos serviços contratados ✓ Segregação de funções

Fonte: SMD, S.A.

Matriz de Risco:

Probabilidade da Ocorrência (PO) e Gravidade da Consequência (GC): 1 – Baixo; 2 – Médio; 3 – Alto

Graduação do Risco (GR): 1 – Fraco; 2 – Moderado; 3 – Elevado

QUADRO 13 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS À UNIDADE DE APOIO JURÍDICO E RECURSOS HUMANOS

Atividade	Identificação dos Riscos	PO	GC	GR	✓ Medidas de Prevenção
Recrutamento e Seleção de Pessoal	Risco de quebra dos deveres de transparência, isenção e imparcialidade	1	3	2	✓ Colegialidade na tomada de decisão ✓ Adequação dos métodos de seleção ao perfil do cargo privilegiando sempre que possível a prova de conhecimentos ✓ Esclarecimentos sobre a legislação aplicável ✓ Fornecimento de modelos de avaliação pré-definidos
Registo Individual dos Trabalhadores	Risco de acesso indevido às informações e quebra de sigilo	1	2	1	✓ Medidas de segurança nos arquivos dos processos individuais ✓ Medidas de acesso condicionado à área de Recursos Humanos
	Risco de falhas no registo da informação das bases de dados do pessoal	2	1	1	✓ Segregação de funções, permanente atualização dos procedimentos internos ✓ Cruzamento de informação e realização de testes
Procedimentos de aquisição de serviços	Risco de redução da qualidade da formação	1	3	2	✓ Atualização regular da oferta formativa, bolsa de consultores e formadores ✓ Adequação das necessidades formativas à especificidade das funções exercidas na instituição ✓ Segregação de funções e responsabilidades das operações
Teletrabalho	Risco de abuso e redução do trabalho	1	2	2	✓ Controlo por parte da coordenação das unidades
Gestão do Plano de Formação	- Risco de baixo número de ações formação - Falta de informação expressa aos funcionários da intolerância face a eventuais casos de corrupção	1	2	1	✓ Procedimentos a fim de garantir o aproveitamento e assegurar a difusão de conhecimentos com recurso a formação interna e externa ✓ Controlo rigoroso da pontualidade e assiduidade dos formandos ✓ Avaliação do processo formativo ✓ Divulgação da política anticorrupção das SD

Fonte: SMD

Matriz de Risco:

Probabilidade da Ocorrência (PO) e Gravidade da Consequência (GC): 1 – Baixo; 2 – Médio; 3 – Alto

Graduação do Risco (GR): 1 – Fraco; 2 – Moderado; 3 – Elevado

**QUADRO 14 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS RISCOS DE CORRUPÇÃO E
INFRAÇÕES CONEXAS DA ÁREA DE TECNOLOGIAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA SEDE E
EMPREENDIMENTOS**

Atividade	Identificação dos Riscos	PO	GC	GR	Medidas de Prevenção
Planeamento e Organização	Risco de indefinição e discricionariedade na área de <i>Tecnologias e Sistemas de Informação da Sede e Empreendimentos</i>	1	3	2	✓ Planeamento e adoção de planos operacionais e definição de objetivos de curto prazo
	Risco de não desenvolvimento da arquitetura de informação	1	3	2	✓ Criação de um modelo de gestão de informação e de um plano de infraestrutura tecnológica da instituição
	Risco de falta de adequação do ambiente de controlo de informação	1	3	2	✓ Revisão e comunicação dos regulamentos aplicáveis às Tecnologias de Informação, designadamente quanto à comunicação de informação
	Risco de falta de adequação a requisitos externos que afetam as Tecnologias de Informação	1	3	2	✓ Manutenção e revisão periódica dos procedimentos de conformidade que determinem a aplicação de requisitos externos legais ou outros, relacionados com práticas e controlos das Tecnologias de Informação
Aquisição e Implementação	Risco de falhas nas práticas de aquisição e licenciamento de <i>software</i>, bem como de aquisição, desenvolvimento e manutenção de infraestruturas tecnológicas	1	3	2	✓ Processos documentados de aquisição e manutenção, aplicados a toda a instituição ✓ Criação, manutenção e avaliação de modelos de tecnologias a adquirir, assegurando os requisitos necessários à continuidade das atividades da instituição ✓ Implementação de processos consistentes e rápidos de instalação, atualização e monitorização de <i>software</i> ✓ Identificação regular do parque informático e da infraestrutura de <i>software</i>. ✓ Gestão de ciclos de vida para a seleção, aquisição, manutenção e abate da infraestrutura tecnológica

Atividade	Identificação dos Riscos	PO	GC	GR	Medidas de Prevenção
Manutenção e suporte	Risco de não contratualização de níveis de serviço em áreas tecnológicas dependentes de infraestruturas externas	2	3	3	- Definição e revisão de forma continuada de níveis de serviços com entidades/fornecedores externos tendo por base requisitos de disponibilidade, continuidade e segurança - Monitorização e comunicação das vulnerabilidades encontradas no cumprimento dos níveis de serviço acordados - Utilização de ferramentas automáticas de deteção e comunicação de incidentes, de acordo com os níveis de serviço definidos
	Risco de perda do controlo sobre os recursos disponibilizados pelas Tecnologias de Informação	2	3	3	- Definição de processos e utilização de ferramentas para medir a utilização e o desempenho dos sistemas e comunicações - Gestão de ciclos de vida para seleção, aquisição, manutenção e abate da infraestrutura tecnológica
	Risco de interrupção de serviço contínuo e consequente perda de informação	2	2	2	- Identificação, classificação e monitorização dos componentes mais críticos da infraestrutura tecnológica - Estabelecimento de redundância - Procedimentos de salvaguarda (<i>backup</i>) e recuperação/reconstrução (<i>restore</i>) de informação - Procedimentos de segurança de acesso no que toca ao armazenamento dos meios de salvaguarda
	Risco de perda, modificação ou adulteração de informação por intrusão	2	3	3	- Procedimentos de controlo de acessos, autorização e autenticação dos recursos e serviços de Tecnologias de Informação disponibilizados - Procedimentos de classificação da informação em termos de confidencialidade e de partilha pelos utilizadores - Procedimentos de segurança postos em prática por entidades externas credenciadas assegurar a autorização, autenticidade e não repudição de transações eletrónicas com terceiros - Estabelecer e investir de forma continuada numa infraestrutura de prevenção, deteção e correção de <i>software</i> - Aplicação de medidas de segurança aos pontos de controlo da rede e regulação do tráfego de dados



Atividade	Identificação dos Riscos	PO	GC	GR	Medidas de Prevenção
	Risco de perda do controlo do meio físico e ambiental que rodeia e protege os recursos tecnológicos de acidentes (incêndios, inundações, pó, calor e humidade excessivos, flutuações de corrente elétrica)	2	2	2	✓ Controlo, monitorização e correção do meio físico e ambiental para o <i>data center</i>, de acordo com as normas internacionais ✓ Acesso físico ao <i>data center</i> controlado e restringido ✓ Inspeções físicas regulares aos sistemas de deteção de incidentes e de controlo do meio ambiente ✓ Teste periódico dos sistemas redundantes a falhas
Arquivo Digital	Risco de perda de documentos por intermédio de agentes externos de software malicioso (Malware)				✓ Controlo, monitorização, correção e utilização de sistemas que evitam a corrupção do sistema operativo através de software de segurança

Fonte: SMD

Matriz de Risco:

Probabilidade da Ocorrência (PO) e Gravidade da Consequência (GC): 1 – Baixo; 2 – Médio; 3 – Alto

Graduação do Risco (GR): 1 – Fraco; 2 – Moderado; 3 – Elevado

QUADRO 15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS NA UNIDADE TÉCNICA DA SEDE E DOS EMPREENDIMENTOS COM GESTÃO OPERACIONAL LOCAL

Atividade	Identificação dos Riscos	PO	GC	GR	Medidas de Prevenção
Contratação de obras, bens e serviços	- Risco de deficiente gestão dos processos de aquisição de bens/Serviços - Risco de causa de ineficácia no cumprimento dos objetivos sectoriais e operacionais dos departamentais e serviços - Conflitos de interesses potenciais - Risco de incorreta observância das condições de mercado na aquisição de bens e/ou serviços - Risco de avaliação incorreta e/ou planeamento deficiente das necessidades de recursos	2	3	3	✓ Conferências da informação intermédia e final ✓ Segregação de funções e responsabilidade de funções ✓ Medidas para controlo de prazos ✓ Adoção de instrumentos de gestão previsional com vista a prover as necessidades das unidades orgânicas ✓ Segregação de funções com cada pessoa a saber exatamente qual a sua responsabilidade na organização ✓ Formação contínua de colaboradores ✓ Cumprimento do CCP e legislação complementar

Atividade	Identificação dos Riscos	PO	GC	GR	Medidas de Prevenção
	materiais, humanos e/ou financeiros ▪ Risco de sobre orçamentação ▪ Uso indevido de informação privilegiada ▪ Uso indevido e/ou abusivo dos recursos materiais das SD				✓ Fundamentação em ata da necessidade de procedimentos para a aquisição de bens e serviços ✓ Criação de um sistema integrado de gestão e informação processual que identifica os intervenientes em cada ato praticado ✓ Definição de estrutura organizacional com obrigação de reporte hierárquico ✓ Observância de orientações e mecanismos que garantam a prevenção e o cumprimento dos princípios e valores éticos
Manutenção de infraestruturas e equipamentos	▪ Risco de ausência de informação sobre avarias, ineficiências, supressão ou rutura no funcionamento e/ou fornecimento de equipamentos e/ou consumíveis nos empreendimentos afetando projetos, eventos, atendimento, exploração e funcionamento dos mesmos ▪ Risco de transmissão de uma imagem de degradação e negligência dos serviços e/ou empreendimentos decorrente de manutenção insuficiente ou deficitária	2	3	3	✓ Colaboração e assistência aos gestores de projeto/eventos, gestão operacional local nos empreendimentos e concessionários (quando aplicável) das alterações ao funcionamento com efeitos na gestão e exploração. ✓ Assegurar a gestão dos materiais e equipamentos em funcionamento e armazenados.
Gestão de Imobilizado	▪ Falta de acuidade na inventariação e gestão de Imobilizado ▪ Falta de acuidade no abate físico de bens e na sua valorização ▪ Ocorrência de desvios/roubo/furto de bens ou equipamentos.	2	2	2	✓ Controlo semestral dos equipamentos afetos a alguns centros de custo, aleatoriamente selecionados. ✓ Responsabilização dos serviços pelos equipamentos à sua guarda, através da afixação das listas de inventário por sala. Verificação física, anual, do inventário global. ✓ Existência de um parecer técnico relativo à inoperacionalidade ou obsolescência do bem. ✓ Controlo semestral dos equipamentos afetos a alguns centros de custo aleatoriamente selecionados. ✓ Responsabilização dos serviços pelos equipamentos à sua guarda. ✓ Verificação física, anual, do inventário global. ✓ Restrição do acesso aos armazéns apenas a pessoal autorizado.

Atividade	▪ Identificação dos Riscos	PO	GC	GR	✓ Medidas de Prevenção
					✓ Garantir que a política de controlo geral de acessos está a ser cumprida mediante a análise do relatório enviado pelos seguranças.
Gestão do Parque de Viaturas	▪ Avaliação desajustada da necessidade da reparação das viaturas, provocando despesas em excesso; reparação dada como aceite, sem corresponder aos padrões de qualidade exigíveis no respeitante a peças e serviços; utilização indevida dos veículos, configurando eventual crime de peculato.	2	2	2	✓ Criação de um Regulamento do Uso de Veículos das SD e implementação da prática da elaboração de requisições de veículos para as diversas atividades. ✓ Confirmação, por mais do que um funcionário competente para o efeito, das reparações e intervenções efetuadas nas viaturas. ✓ Monitorização dos quilómetros, distâncias e percursos percorridos. ✓ Segregação de funções na gestão do parque de viaturas.

Fonte: SMD

Matriz de Risco:

Probabilidade da Ocorrência (PO) e Gravidade da Consequência (GC): 1 – Baixo; 2 – Médio; 3 – Alto

Graduação do Risco (GR): 1 – Fraco; 2 – Moderado; 3 – Elevada

7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.

O processo de identificação de riscos está devidamente identificado no Plano de Riscos, sem prejuízo das atualizações que se mostrem necessárias no decurso do tempo, adaptando-o às mudanças, quer internas, quer externas.

A avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos é uma responsabilidade conjunta de todas as Unidades Orgânicas.

8. Identificação dos principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na empresa relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

A SMD, apostará ainda mais na formação, de acordo com o imperativo legal taxativo no art.º 9.º do RGPC.

O Plano e o relatório de gestão de riscos e infrações conexas poderão ser consultados em

https://sociedadesdesenvolvimento.com/wp-content/uploads/2023/01/PPRG_2021.pdf

De igual forma, toda a informação financeira poderá ser consultada em

<https://sociedadesdesenvolvimento.com/relatorio-e-contas/>

C. Regulamentos e códigos

1. Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância.

A complexidade do enquadramento legal da SMD, S.A., enquanto empresa pública reclassificada, condiciona a atividade da empresa, aplicando-se regulamentação muito diversa, desde o Código das Sociedades Comerciais ao Código da Contratação Pública, desde as normas da Contabilidade Orçamental às normas da Contabilidade Patrimonial.

Alguns regulamentos, pela sua relevância e especificidade, podem ser consultados no sítio da SMD, S.A.: www.sociedadesdesenvolvimento.com

Indicam-se os principais regulamentos externos:

- Estatutos da SMD;
- Alterações aos Estatutos da SMD;
- Lei n.º 58/2005, de 29/12: aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/60/CE do Parlamento e do Conselho e estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas;
- Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31/05: estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos;
- Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho: Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira;
- Alterações ao SERAM;

- Estatuto jurídico do Gestor Público;
- Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31/10: estabelece o Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental;
- Lei de Enquadramento Orçamental;
- Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;
- Código da Contratação Pública;
- Orçamentos de Estado e da Região Autónoma da Madeira;
- Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 75/2022.

Regulamentos Internos:

- Preçários aplicáveis às infraestruturas e empreendimentos da SMD;
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- Código de Ética e Conduta;
- Regulamento de pagamentos;
- Normas e circulares emitidas pelo Conselho de Administração e Coordenadores de gestão corrente dos serviços;
- Decreto Legislativo Regional n.º 21/2001/M, de 4 de agosto, na sua atual redação.

2. Código de ética

A. Referência à existência de um código de ética que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, indicando a data da última atualização e a forma como é efetuada a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes, fornecedores e pelo público em geral

A Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., dispõe de um Código de Ética e Conduta, intitulado Código de Ética e Conduta das Sociedades de Desenvolvimento, foi aprovado por deliberação do Conselho de Administração em 2020.

Do mesmo foi dado conhecimento a todos os trabalhadores por email da Unidade de Gestão de Recursos Humanos, com especial difusão junto dos Coordenadores das Unidades e dos responsáveis pelos Empreendimentos.

Encontra-se disponível para consulta em <https://sociedadesdesenvolvimento.com/wp-content/uploads/2021/01/C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-e-Conduta-CEC-das-Sociedades-de-Desenvolvimento.pdf>, ou seja de fácil acesso para os seus colaboradores, clientes, fornecedores e pelo público em geral.

- B. Menção relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor sobre medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer empresa que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa (artigo 45.º do RJSERAM).**

No que concerne a medidas vigentes para a garantia de um tratamento equitativo junto dos clientes, fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, está previsto no Código de Ética e Conduta, valores e princípios tais como Confiança, Cooperação, Equidade, Excelência, Imparcialidade, Inovação, Integridade, Privacidade, Respeito, Responsabilidade, Rigor, Transparência. Os referidos valores e os princípios não são dissociados entre si, havendo interligação que espelha os preceitos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, consagrados na Constituição da República Portuguesa e onde é imperativa a inviolabilidade, preservando assim a imagem, identidade, autonomia e valores da Pessoa Humana. Nesta senda, os trabalhadores devem orientar-se por elevados padrões de ética profissional no intuito de abolir situações de conflito de interesses.

3. Plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas (PGRIC):

- A. Referência à existência do PGRIC para prevenir fraudes internas (cometida por um colaborador ou fornecedor de serviços) e externas (cometida por clientes ou terceiros), assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação.**

A SMD, dispõe de um Plano de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Desde a sua implementação, no domínio da corrupção, fraude ou de infração conexa, não se identificou qualquer ocorrência de origem interna ou externa.

- B. Data da última atualização e indicação sobre o cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor, relativas à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de**

Ocorrências (vide n.º 1 do artigo 44.º do RJSERAM, que remete para a alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, a que corresponde a atual alínea g) do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro⁸.

A última atualização foi realizada em 2024 por deliberação do Conselho de Administração.

- C. Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontra publicitado o respetivo relatório anual de execução do PGRIC (artigo 44.º do RJSERAM).

https://sociedadesdesenvolvimento.com/wp-content/uploads/2023/01/PPRG_2021.pdf

D. Deveres especiais de informação

1. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira (vide alíneas d) a i) do n.º 1 do artigo 42.º do RJSERAM), a saber:

- A. Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras empresas, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo

No ano de 2023 foi diligenciado a transferência da posição devedora de um empréstimo contraído por entidades do sector empresarial da RAM para a RAM, em cumprimento da Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 1082/2023, 11 de outubro de 2023.

- B. Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar

Esta informação ficará disponível em <https://sociedadesdesenvolvimento.com/>

⁸ O Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, foi aprovado no dia 2 de dezembro de 2021, e entrou em vigor 180 dias após a sua publicação (artigo 29.º), tendo revogado a Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro (artigo 27.º). O Regime Geral da Prevenção da Corrupção ("RGPC") é aplicável "aos serviços e às pessoas coletivas da administração direta e indireta do Estado, das regiões autónomas, das autarquias locais e do setor público empresarial que empreguem 50 ou mais trabalhadores (...)" (n.º 2 do artigo 2.º do RGPC). "Os serviços e as pessoas coletivas da administração direta e indireta do Estado, das regiões autónomas, das autarquias locais e do setor público empresarial que não sejam considerados empresas abrangidas adotam instrumentos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas adequados à sua dimensão e natureza, incluindo os que promovam a transparência administrativa e a prevenção de conflitos de interesses" (n.º 5 do artigo 2.º do RGPC)

C. Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento

Informação disponível em <https://sociedadesdesenvolvimento.com/plano-de-atividades-e-orcamento/> e em <https://sociedadesdesenvolvimento.com/plano-de-atividades-e-investimentos/>

D. Orçamento anual e plurianual

Informação disponível em <https://sociedadesdesenvolvimento.com/plano-de-atividades-e-orcamento/> e em <https://sociedadesdesenvolvimento.com/plano-de-atividades-e-investimentos/>

E. Documentos anuais de prestação de contas

Informação disponível em <https://sociedadesdesenvolvimento.com/relatorio-e-contas/>

F. Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

Estes relatórios são enviados para a Secretaria Regional das Finanças, para a Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, para a Inspeção Regional de Finanças e para a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do SERAM e, sempre que solicitada, ou que se justifique por outras entidades.

Informação disponível em <https://sociedadesdesenvolvimento.com/relatorios-trimestrais/>

2. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (n.º 1 do artigo 43.º DO RJSERAM).

A informação é prestada de forma regular através do SIGO RAM (Sistema de Informação de Gestão Orçamental), no sítio da SMD, em <https://sociedadesdesenvolvimento.com/> e informação específica disponibilizada aos acionistas (reportes trimestrais) à DREM,

plataforma para prestação de contas do Tribunal de Contas e, sempre que solicitada, ou que se justifique por outras entidades.

E. Sítio na internet

1. Indicação da hiperligação para acesso direito ao sítio na internet da empresa onde se encontram divulgados os seguintes elementos (vide artigo 51.º do RJSERAM):

a) Sede e, caso aplicável, demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC

Informação disponível em <https://sociedadesdesenvolvimento.com/institucional/>

b) Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

Informação disponível em <https://sociedadesdesenvolvimento.com/relatorio-e-contas/>

c) Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios

Informação disponível em <https://sociedadesdesenvolvimento.com/institucional/>

d) Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais

Informação disponível em <https://sociedadesdesenvolvimento.com/relatorio-e-contas/>

e) Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público

Não aplicável

f) Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos da região nos últimos três exercícios

Informação disponível em <https://sociedadesdesenvolvimento.com/relatorio-e-contas/>

2. Indicação da hiperligação para acesso direito ao sítio na internet da empresa onde se encontram publicitados os seguintes elementos:

a) Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada

Informação disponível em <https://sociedadesdesenvolvimento.com/institucional/>

b) Código de ética

Informação disponível em <https://sociedadesdesenvolvimento.com/codigo-de-etica-e-conduta-das-sociedades-de-desenvolvimento/>

c) Relatório anual de execução do PGRIC

Informação disponível em https://sociedadesdesenvolvimento.com/wp-content/uploads/2023/02/REPPRCI_2021.pdf

3. Quando aplicável, indicação das hiperligações para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontram publicitados os documentos objeto de remissão no RGS.

Informação disponível em <https://sociedadesdesenvolvimento.com/institucional/>

F. Prestação de serviço público ou de interesse geral

1. Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à remuneração dessa atividade (vide n.º 3 do artigo 46.º do RJSERAM).

Não aplicável, uma vez que não existe qualquer contrato de prestação de serviço público ou de interesse geral entre os acionistas RAM e a SMD.

No entanto, e apesar da não existência de qualquer contrato a Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento S.A. prossegue fins de interesse público, tem por objeto social a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural, integrando-se na prestação de serviço de interesse geral.

As atividades da SMD, visam a obtenção de resultados sustentáveis no incremento do desenvolvimento dos concelhos de Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz e Machico nas vertentes económicas, sociais e ambientais que vão muito além do lucro. Desde logo, e como plasmado nos Estatutos⁹ de criação da sociedade em 2001, com objetivos bem definidos, num quadro de acelerada integração económica, financeira e social a nível comunitário, onde a Região Autónoma da Madeira procurou implementar uma **política de desenvolvimento local** equilibrada, por forma a garantir uma melhor abertura aos mercados externos e dinamizar o investimento produtivo a nível local e regional.

2. Quando aplicável, referência às propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade:

a) Que elaborou uma proposta de contratualização da prestação de serviço público

⁹ Decreto Legislativo Regional n.º 21/2001/M, de 4 de agosto

Não aplicável

- b) Que essa proposta foi apresentada ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade; e

Não aplicável

- c) Que a proposta cumpre com todos os requisitos legais definidos no n.º 1 do artigo 46.º do RJSERAM.

Não aplicável

VII. REMUNERAÇÕES

A. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

1. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador-delegado e dos dirigentes da empresa.

QUADRO 16 – DETERMINAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Remuneração dos membros dos órgãos sociais:	Assembleia Geral – não auferir qualquer remuneração
• Mesa da Assembleia Geral	
Remuneração dos membros dos órgãos sociais:	Ponto 4 da Ata n.º 70 da Assembleia Geral de 29 de dezembro de 2022.
• Conselho de Administração ¹⁰	
Remuneração dos membros dos órgãos sociais:	Ponto 4 da Ata n.º 70 da Assembleia Geral de 29 de dezembro de 2022.
• ROC ¹¹	
Remuneração dos membros da Comissão executiva	NA
Remuneração dos dirigentes	Acordo Coletivo de Trabalho

Fonte: SMD

2. Identificação dos mecanismos¹² adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias

¹⁰ Ponto 4 da Ata n.º 70 da Assembleia Geral de 29 de dezembro de 2022. Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo DLR n.º 12/2010/M, de 5 de agosto, na sua atual redação, e para as empresas públicas do grupo C, em conformidade com a resolução n.º 392/2015, de 27 de maio e Despacho Conjunto n.º 61/2015, de 29 de junho.

¹¹ Procedimento concursal com preço base fixado nos termos da Circular DRAFIN.

¹² Mecanismos diversos dos inerentes à evidenciação ou menção a que se refere o ponto 3 seguinte.



e a empresa, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas (ver artigo 49.º do RJSERAM).

Os membros do órgão de administração abstêm-se de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses e, no que à aprovação de despesas realizadas por cada um diz especificamente respeito, abstêm-se de aprovar as despesas por si realizadas, sendo por isso submetidas a um outro membro do mesmo órgão.

Nos termos do estabelecido no artigo 48.º do RJSERAM, os membros do Conselho de Administração declaram que se abstêm de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses.

3. Dar conhecimento do cumprimento por parte dos membros do órgão de administração do que dispõe o artigo 49.º do RJSERAM, isto é, de que se abstêm de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.

Declarações anexas.

B. COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

Não aplicável.

C. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização

Conselho de Administração

As remunerações a auferir pelos membros executivos do Conselho de Administração serão as estipuladas no Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2010/M, de 5 de agosto, na redação republicada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 31/2013/M, de 26 de dezembro, com as alterações efetuadas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2015/M, de 13 de agosto, para as empresas públicas do grupo C, acrescidas de despesas de representação no valor de 40% do respetivo vencimento, em conformidade com a Resolução do Conselho de Governo n.º 392/2015, de 27 de maio, e Despacho Conjunto n.º 61 /2015, de 29 de junho e ainda previstas no Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 15/2021/M, de 30 de



junho. Acresce o subsídio de refeição a abonar aos membros executivos do Conselho de Administração, aplicável à generalidade dos trabalhadores em funções públicas.

Considerando o estipulado nos artigos 23.º e 25.º do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional número 12/2010/M, de 5 de agosto, na sua atual redação, os membros executivos do Conselho de Administração têm, ainda, direito às regalias ou benefícios aplicáveis aos demais colaboradores da SMD.

A remuneração da Vogal do Conselho de Administração será fixada nos termos do estipulado no n.º 8 do art.º 23 do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira, pela remuneração base do lugar de origem, não podendo, todavia, exceder, salvo no caso previsto no n.º 10 do mesmo artigo 23.º daquele citado diploma, o vencimento mensal do Presidente do Governo Regional.

No que concerne aos membros não executivos do Conselho de Administração da Sociedade, a sua remuneração será fixada nos termos do n.º 4 do artigo 23.º do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 15/2021/M, de 30 de junho, na redação vigente, fixando-se a respetiva remuneração num quarto da remuneração de igual natureza estabelecida para os vogais executivos.

As remunerações do Conselho de Administração a que se referem os artigos 23.º e 25.º do citado Estatuto do Gestor Público, serão processadas proporcionalmente pelas quatro Sociedades, cabendo a cada uma um quarto dos montantes acima fixados.

Assembleia Geral

Presidente: não auferir qualquer remuneração pelo exercício do cargo.

Secretário: não auferir qualquer remuneração pelo exercício do cargo.

Revisor Oficial de Contas

A prestação de serviços por parte do ROC, bem como a respetiva formalização, decorreu de um processo de contratação pública através de um procedimento por consulta prévia.

Os honorários contratados tiverem em conta para a fixação do preço base as normas emitidas pela circular nº 2/DAFIM/2019.

Através do contrato celebrado em 1 de abril de 2023, para o exercício de funções no triénio 2023-2025 foi contratualizado o montante de 35.880€, para as 4 Sociedades, acrescido de IVA, pago em 3 exercícios económicos, pelo que anualmente o valor de honorários é de 11.960 €, acrescido de IVA.

2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos objetivos dos membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da empresa.

Não existe componente variável na remuneração.

3. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente

Não existe componente variável na remuneração.

4. Explicitação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento

Não aplicável.

5. Caracterização dos parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio

Não aplicável.

6. Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

Não aplicável.

D. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

1. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da empresa, proveniente da empresa, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser feita remissão para o ponto do relatório onde já conste esta informação.

Indicamos no mapa infra as remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração.

QUADRO 17 – REMUNERAÇÕES MENSAIS BRUTAS

Membro do CA (Nome)	Fixado (S/N)	Classificação (A/B/C)	Remuneração Mensal Bruta (€)	
			Vencimento Mensal	Despesas de Representação
Nivalda Nunes da Silva Gonçalves	S	C	852,58 €	358,97 €
Maria Fátima Pita Carvalho Correia a)	S	C	1 103,90 €	298,92 €
Júlia Isabel Vieira Lopes	S	C	177,49 €	0,00 €
António Paulo de Andrade Costa	S	C	177,49 €	0,00 €

Fonte: SMD

a) Opção pelo vencimento de origem nos termos do n.º 8 do artigo 28.º do Estatuto de Gestor Público

QUADRO 18 – REMUNERAÇÃO MEMBROS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Nivalda Nunes da Silva Gonçalves	16 243,76 €	- €	16 243,76 €	628,18 €	15 615,58 €
Maria Fátima Pita Carvalho Correia	19 041,64 €	- €	19 041,64 €		19 041,64 €
Júlia Isabel Vieira Lopes	2 129,88 €	- €	2 129,88 €	112,08 €	2 017,80 €
António Paulo de Andrade Costa	2 129,88 €	- €	2 129,88 €	112,08 €	2 017,80 €
			39 545,16 €	852,34 €	38 692,82 €

Notas:

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem redução remuneratória)

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

Fonte: SMD, S.A.

QUADRO 19 – BENEFÍCIOS SOCIAIS

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de Refeição	Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
Nome	Valor / Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual		Identificar	Valor
Nivalda Nunes da Silva Gonçalves	1,50 €	315,00 €	Segurança Social	4 408,59 €	- €	- €	SAMS 470,09 €
Maria Fátima Pita Carvalho Correia	1,50 €	316,50 €	Caixa Geral de Aposentações	4 538,42 €	- €	- €	
Júlia Isabel Vieira Lopes	- €	- €	Segurança Social	540,92 €	- €	- €	
António Paulo de Andrade Costa	- €	- €	Segurança Social	540,92 €	- €	- €	
		631,50 €		10 028,85 €	- €	- €	470,09 €

Fonte: SMD, S.A.

QUADRO 20 – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – GASTOS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES

Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)						
Membro do CA (Nome)	Deslocações em Serviço	Custos com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto Total com Viagens
				Identificar	Valor	
Nivalda Gonçalves	0,00 €	0,00 €	0,00 €	Despesas Diversas	10,00 €	10,00 €
Fátima Carvalho	0,00 €	0,00 €	0,00 €	Despesas Diversas	10,00 €	10,00 €
						20,00 €

Fonte: SMD

QUADRO 21 – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – GASTOS ASSOCIADOS A VIATURAS

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível	Gastos anuais associados a Viaturas (€)	
		Combustível	Observações
Nivalda Nunes da Silva Gonçalves	84,58 €	429,34 €	
Maria Fátima Pita Carvalho Correia	70,43 €	54,17 €	
		483,51 €	

Fonte: SMD

2. Indicação dos montantes pagos, por outras empresas em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

Não foram pagos quaisquer montantes por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeita a um domínio comum.

Foram pagos montantes pela SDPS, Ponta do Oeste e SDNM, por acumulação de funções nos termos do Despacho datado de 2 de janeiro de 2023 e assinado Secretário Regional das Finanças e o Secretário Regional de Equipamentos e Infraestruturas.

3. Indicação da remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e explanação dos motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.

Não foi paga qualquer remuneração sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios de gestão.

4. Referência a indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não aplicável.

5. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da empresa, podendo ser feita remissão para o ponto do relatório onde já conste esta informação.

Não aplicável.

6. Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral não auferem qualquer remuneração.

VIII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

1. Apresentação de mecanismos implementados pela empresa para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas¹³ e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência

¹³ Para efeitos do conceito de parte relacionada tenha-se em conta o que se encontra definido na NCRF 5 (Norma contabilística e de relato financeiro 5. Divulgações de Partes Relacionadas), e também no n.º 4 do artigo 63.º do CIRC (Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas).

No exercício de 2024 não ocorreram quaisquer transações desta natureza.

A SMD, não tem partes relacionadas.

2. Informação sobre outras transações

A. Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

A SMD, cumpre com a aplicação do regime jurídico do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo, na sua redação atual

Durante o ano de 2024 não foram celebrados contratos de valor igual ou superior ao limiar referido na alínea c) do n.º 3 do artigo 474.º do Código dos Contratos Públicos.

Em 2024 foram lançados através da Plataforma Eletrónica (AcinGov) e através de e-mail (contratacaopublica@sociedadesdesenvolvimento.com) os seguintes procedimentos:

- 8 - Por ajuste direto regime geral;

Todos os contratos foram devidamente publicitados no portal da internet dedicado aos contratos públicos (base.gov.pt).

B. Identificação das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

Não aplicável.

C. Lista de fornecedores com transações com a empresa que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros).

Não aplicável.

IX. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas



Em junho de 2021 foi aprovado o novo regime jurídico do SERAM, que “prevê na subsecção II - obrigações e responsabilidades das empresas do SERAM, da Secção II das práticas de bom governo”.

Mais, define no artigo 43.º que¹⁴ *“Anualmente, cada empresa informa o titular da função acionista e o público em geral do modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo, informação publicitada nos sítios na Internet em nome da transparência”*. Nesta conformidade, do Relatório e Contas 2024, e tendo por base as orientações estratégicas de gestão, aprovadas pela Resolução do Conselho de Governo n.º 75/2022, de 18 de fevereiro, e objetivos para o ano de 2024, plasmados no Plano de Atividades e Orçamento, está inserida a matriz contendo, para cada uma das respetivas orientações estratégicas os resultados alcançados¹⁵:

2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguarda de normas de qualidade.

As atividades da SMD, visam a obtenção de resultados sustentáveis no incremento do desenvolvimento dos concelhos no eixo Câmara de Lobos - Machico nas vertentes económicas, sociais e ambientais. Desde logo, e como plasmado nos Estatutos¹⁶ de criação da sociedade em 2001, com objetivos bem definidos, num quadro de acelerada integração económica, financeira e social a nível comunitário, onde a Região Autónoma da Madeira procurou implementar uma política de desenvolvimento local equilibrada, por forma a contribuir para a realização do desenvolvimento económico regional, em termos de preservação do equilíbrio ecológico e do património cultural e artístico da Região e da promoção das ações no âmbito do ordenamento do território, a par com a melhoria de vida das populações e da criação de emprego, participando no lançamento e na exploração de polos de desenvolvimento local e no fomento da cooperação intermunicipal e divulgando toda a informação relevante para o investimento e o desenvolvimento económico e social dos quatro concelhos.

¹⁴ Regime Jurídico do Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho.

¹⁵ Circular 3/SRF/UT/2023

¹⁶ Decreto Legislativo Regional n.º 21/2001/M, de 4 de agosto.

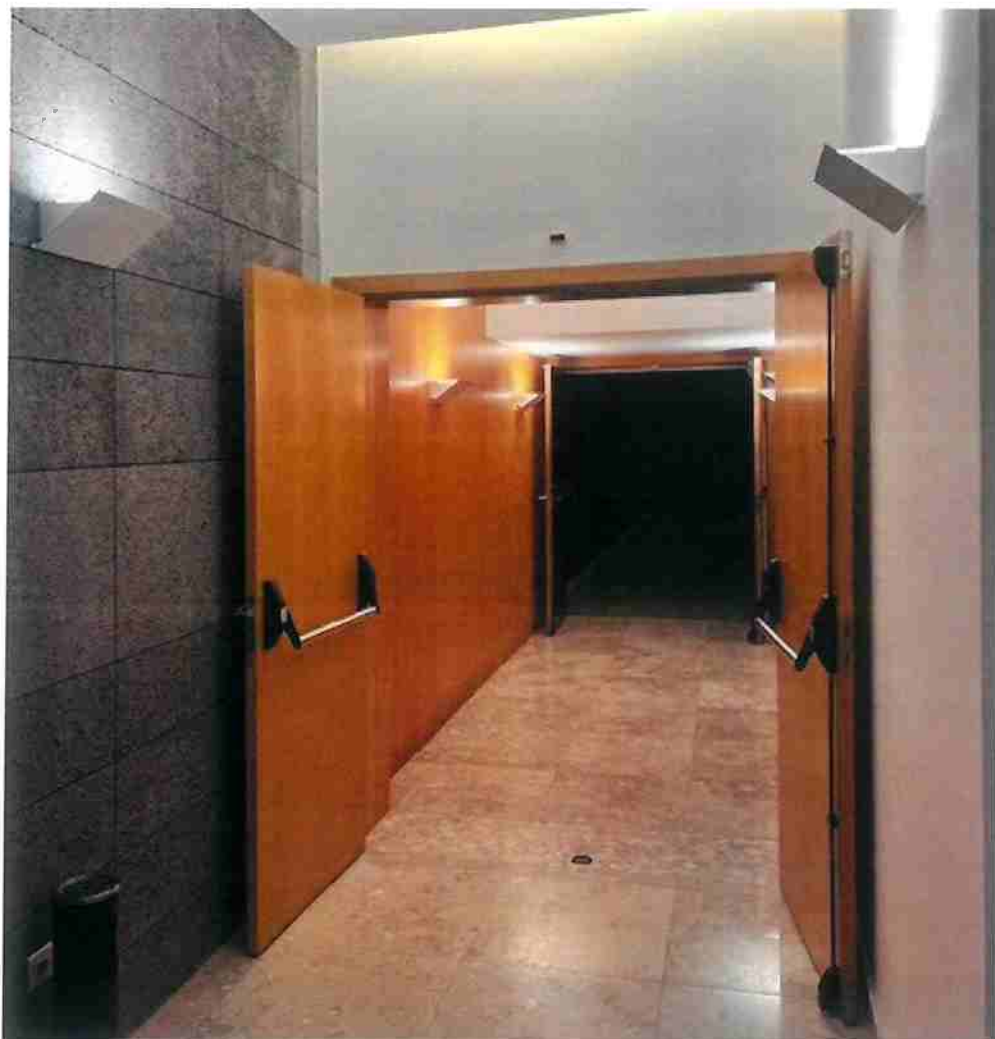
Nesse âmbito, a concretização dos investimentos previstos no PIDDAR e no Plano de Atividades para 2024, com destaque para a reabilitação dos empreendimentos foram desenvolvidos com financiamento através de receita própria, contratos programa, Lei de Meios e Lei do Jogo. Os investimentos estão relatados e quantificados no presente documento, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos¹⁷, dando-se cumprimento ao artigo 46.º do SERAM.

Sucintamente, e infra, descrevemos alguns investimentos, medidas e ações realizados, com impacto na sustentabilidade. Desde logo, o projeto de eficiência energética do Fórum Machico, o qual contou com apoio comunitário em 2023 no âmbito do fundo REACT.



Eficiência Energética no Fórum Machico

¹⁷ Capítulo 4. INVESTIMENTOS.



Eficiência Energética no Fórum Machico

Este projeto está implementado, apostando em soluções que otimizam os recursos existentes e sustentáveis.

O consumo energético, durante o ano de referência (2021/22), foi de 128.136,54 kWh, equivalente a 320.341,35 kWhEP (Energia Primária). O edifício encontra-se obrigado a um Plano de Melhoria do Desempenho Energético dos Edifícios (PDEE), uma vez que tem uma classificação energética inferior a C. Foram identificadas e estudadas medidas de utilização racional de energia com o intuito de reduzir os consumos e/ou os custos energéticos, com as seguintes soluções:

- Instalação de sistema fotovoltaico;
- Substituição dos sistemas de iluminação por tecnologia LED;

- Instalação de sistema de gestão e controlo, incluindo monitorização e comando dos sistemas de arrefecimento, aquecimento, iluminação de interior e de exterior e elevadores.

Prevemos que após a implementação em pleno das medidas de eficiência energética, atingiremos os seguintes objetivos:

- Edifício com classe energética C;
- Redução em termos de energia primária de 26,03 %.

Apoio

- **Aprovado**
109 135,00 €
- **Validado**
109 135,00 € (100%)
- **Pago**
109 135,00 € (100%)

Investimento

- **Custo Total Aprovado**
167 900,00 €
- **Elegível Aprovado**
167 900,00 € (100%)
- **Elegível Validado**
167 900,00 € (100%)

Fonte: IDR

A Gestão da Qualidade designa o conjunto das atividades de uma organização realizadas com o intuito de alcançar os seus objetivos de garantia e melhoria da qualidade dos seus produtos e serviços. Nesse sentido, a implementação de um sistema de gestão da qualidade baseado na norma ISO 9001:2015 traz melhorias significativas na eficiência operacional, satisfação do cliente e na consistência dos serviços oferecidos.



Tendo em conta a necessidade de assegurar as melhores práticas no domínio do Sistema de Gestão de Qualidade e a sua importância no contexto de valorização profissional dos colaboradores da SMD, com responsabilidades na gestão da organização, foram realizadas as seguintes ações durante o ano de 2024:

- **Memorando da Qualificação de Auditores Internos da Qualidade ISO 9001:2015** – O documento foi realizado tendo em conta os seguintes parâmetros: especificação dos objetivos da formação sobre a norma ISO 9001:2015, definição dos princípios e benefícios de gestão de qualidade, bem como medidas para o cumprimento da norma ISO 9001:2015 e sua proposta de aplicação, plano geral para iniciar a implementação do sistema e planeamento estratégico para a sua operacionalização.
- **Documento Orientador de Planeamento de Medidas de Gestão de Qualidade nos empreendimentos da SMD, S.A.** com a definição de objetivos a implementar: caracterização do contexto de cada empreendimento, implementação de análise SWOT e do processo para identificação, avaliação e gestão de riscos e oportunidades, determinação de objetivos de qualidade, gestão de competências e de processos, implementação de um rigoroso sistema de controlo de fornecedores, de gestão de reclamações, bem como o desenvolvimento de estratégias de avaliação de desempenho. A realização de Auditorias Internas e a aplicação do ciclo PDCA (Plan, Do, Check, Act) bem como a realização de pesquisas de satisfação aos utilizadores dos espaços são também medidas a ter em consideração.

Os temas relacionados com a sustentabilidade são fundamentais para a construção de um futuro mais equilibrado e responsável. Nos empreendimentos da SMD, S.A., este conceito é um compromisso com o meio ambiente, a economia e a sociedade.



Os temas relacionados com a sustentabilidade são fundamentais para a construção de um futuro mais equilibrado e responsável. Nos empreendimentos da SMD, S.A., este conceito é um compromisso com o meio ambiente, a economia e a sociedade.

Ao longo de 2024, reforçamos as boas práticas de sustentabilidade, tendo em conta os nossos esforços contínuos na implementação de soluções inovadoras que promovam a eficiência energética, a redução da pegada ecológica, o apoio a iniciativas sociais inclusivas e a adoção de uma governança transparente e responsável.

Em 2024, foram realizadas as seguintes ações:

- **Participação Seminário I Jornadas Regionais de Sustentabilidade – Madeira na rota da Sustentabilidade** - iniciativa dividida em painéis temáticos que abordaram os 3 grandes pilares da Sustentabilidade (ESG) através dos contributos de vários especialistas a trabalhar nas áreas ambientais, sociais e de governança.
- **Documento Orientador de Planeamento de Medidas de Sustentabilidade nos empreendimentos da SMD S.A.**, com a definição de objetivos a implementar, tais como:
 - Criação de programas de educação e consciencialização ambiental
 - Criação de sinalização informativa
 - Desenvolvimento de campanha informativa sobre sustentabilidade nos meios digitais
 - Digitalização de serviços
 - Criação de parcerias com escolas locais e Universidade da Madeira
 - Reciclagem de materiais
 - Incentivar a utilização dos transportes coletivos em detrimento das viaturas particulares.
 - Implementar a compostagem de recursos orgânicos
 - Regular/monitorizar consumo de água
 - Promover a correta separação do lixo e de redução de resíduos
 - Proteger a flora e fauna existente no local
 - Promover medidas de eficiência energética, como a instalação de painéis solares/Bombas de calor.

- **Certificação da Região Autónoma da Madeira como Destino Turístico Sustentável**

No âmbito do processo de Certificação da Região Autónoma da Madeira como Destino Turístico Sustentável, pela EarthCheck, a Secretaria Regional de Economia, Turismo e Cultura, através da Gestão de Sustentabilidade do Destino - Madeira DMO, criou a “Green Team” com o objetivo de fazer um ponto de situação sobre processo de certificação, Avaliação de Riscos e Plano de Ação: Abordagem e Metodologia da EarthCheck e Recolha de contributos para a Avaliação de Riscos e Plano de Ação, na qual a Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento faz parte e participa ativamente.

Graças ao esforço do acionista, colaboradores e demais *stakeholders*, a SMD, tem adotado metodologias que lhe permitem melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes e/ou utentes.

3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:

A. Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores (vide artigo 47.º do RJSERAM)

De acordo com o artigo 47.º do SERAM, e no que se refere à Responsabilidade social “As empresas públicas regionais devem prosseguir objetivos de responsabilidade social e ambiental, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional, a promoção da igualdade e da não discriminação, a proteção do ambiente e o respeito por princípios de legalidade e ética empresarial.”

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é definida, segundo a Norma Internacional ISO 26000, como “a responsabilidade assumida por uma organização pelos impactos das suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente”, ou seja, a RSE vai além de questões económicas, passa por diferentes questões sociais, de governance e ambientais.

De acordo o Livro Verde¹⁸ da Comissão Europeia, são identificados alguns vetores que fazem parte da responsabilidade social das empresas:

- As práticas laborais, como os direitos humanos, trabalho e formação, diversidade, igualdade de género, saúde e bem-estar dos trabalhadores;

¹⁸ Livro verde - Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas /* COM/2001/0366 final *

- As questões ambientais, como a biodiversidade, alterações climáticas, utilização eficiente dos recursos e prevenção da poluição;
- O combate à corrupção;
- A contribuição para o desenvolvimento da comunidade;
- A inclusão de pessoas em situação de desigualdade;
- Envolvimento com os interesses e benefícios dos consumidores.

Com base nestes princípios, e tomando por base as boas práticas de RSE, identificamos algumas ações tomadas pela Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.:

1. Política de recursos humanos e promoção da igualdade¹⁹

A SMD, enquanto empresa pública regional tem implementado políticas de recursos humanos, dentro dos vários constrangimentos, orientados para a valorização e capacitação do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, sendo de realçar:

- Formação profissional.
- Apoio e incentivo ao trabalhador-estudante, com 2 trabalhadores a usufruir desse estatuto;

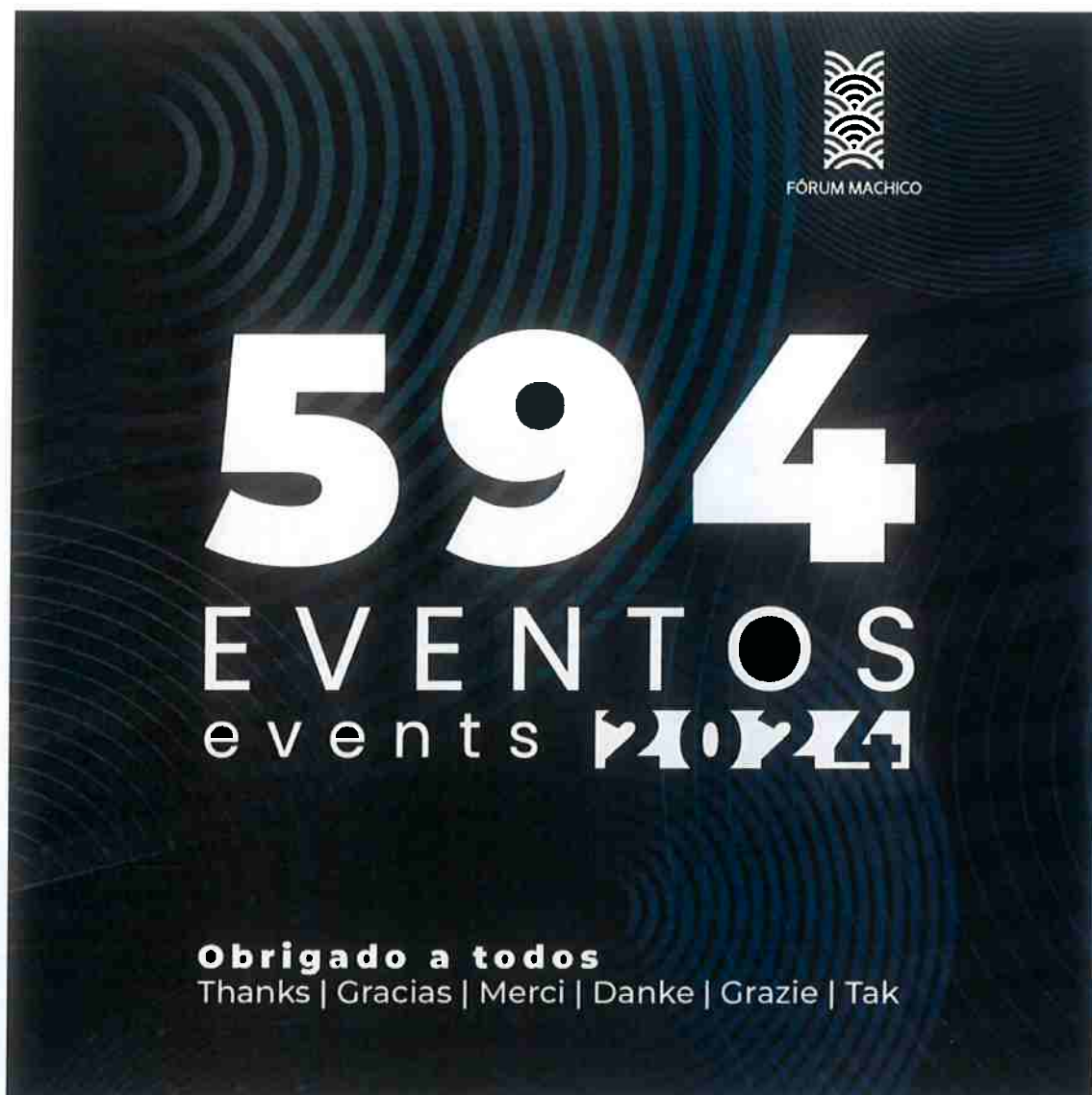
Todos os seus trabalhadores são tratados com respeito e integridade.

Existe uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, sem qualquer prática discriminatória entre género, religião ou ideologia.

2. Promoção do equilíbrio entre a vida pessoal e familiar com a vida laboral – A SMD, estimula a conciliação da vida pessoal com a familiar, como por exemplo, a conciliação do período de férias entre casais e filhos, sobretudo os que estão em idade escolar.
3. Elaboração um Código de Conduta - A SMD, dispõe de Código de Ética e Conduta.
4. Verificação de se a empresa está em conformidade com a legislação - É feita a coordenação e o acompanhamento constante pela Unidade de Assessoria Jurídica, Contratação e Contencioso de forma a manter atualização dos procedimentos em conformidade com a legislação e demais normas e regulamentos aplicáveis às funções e atividades da SMD.

¹⁹ Artigo 48.º do SERAM

5. Estimulação da economia local – A economia local é estimulada pelas várias atividades, que criam e mantêm postos de trabalho indiretos, muito relevantes conforme as atividades desenvolvidas.



Exemplificamos uma atividade difícil, que é a vida artística que tem no Fórum Machico um palco de exceção para os seus espetáculos, a preços sociais, e que permite trabalho a artistas, técnicos de som, entre outras atividades. Cumulativamente, os espetadores utilizam a restauração, cafés, serviços no edifício e área envolvente.

6. Criação de canais de comunicação entre a empresa e a comunidade – As redes sociais e a divulgação através dos órgãos de comunicação social têm sido os principais canais de comunicação utilizados.

7. Participação e patrocínio de eventos e projetos sociais – O patrocínio e participação em projetos sociais, dada a natureza de as possibilidades da SMD.

Destacam-se os seguintes projetos:

- Parcerias com IPSS e Associações locais e regionais na dinamização de atividades nas instalações do Fórum Machico;
- Protocolo com o Núcleo Regional da Liga Portuguesa contra o Cancro.

Cultura:

- Protocolo com o grupo de Teatro de Machico;
- Parcerias com Escolas do Concelho, Dia Mundial do Teatro.



8. Criação de campanhas que incentivem hábitos alinhados com a sustentabilidade – Destaque para a sensibilização da redução de impressão de documentos, impressão a preto e branco e frente e verso e, por conseguinte, a redução de papel e de tinta, bem como, redução de consumos de água e energia, reciclagem e reutilização de materiais orgânicos.
9. Ambiente de trabalho inclusivo: A inclusão esteve presente nos processos de Recursos Humanos da Sociedade com destaque para apoio em programas de emprego, e apoio em casos de doenças degenerativas e de mobilidade reduzida.
10. Aposta na inovação e novos procedimentos, como seja, a digitalização da correspondência permitiu, e permite, uma poupança de tempo e otimização na circulação da correspondência. Complementarmente, o início da elaboração de normas e procedimentos para o arquivo centralizado virtualmente da correspondência;
11. A sustentabilidade depende de fatores ambientais, económicos, sociais e de governance. Assumem acutilância muito especial a governance, que assegura princípios robustos de gestão ética e que são cumpridos os princípios de compliance legal no modo como gerem a sua atividade sócio-económica e geram os seus lucros.

Ao nível da governance, cabe referir, e para os efeitos previstos e no âmbito dos artigos 49.º e 50.º do SERAM, SUBSECÇÃO III - Prevenção de conflitos de interesse, que os membros do Conselho de Administração atuaram, e atuam, com independência e que no início do seu mandato em 2020 declararam ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização a acumulação de funções na SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., na Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. e na SDNM Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A., cumpriram com os deveres de informação à Inspeção Regional de Finanças, o envio da Declaração Única de Rendimentos, Património, Interesses, Incompatibilidades e Impedimentos, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da lei n.º 52/2019, de 31 de julho e do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira .

Nos desafios ambientais, assume particular relevância as alterações climáticas e a consequente necessidade de tornar a economia da União Europeia mais sustentável, em linha com a visão e a estratégia definidas no Pacto Ecológico Europeu e com o Acordo de Paris, e tendo ainda em conta os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, documento intitulado “transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o

desenvolvimento sustentável”, baseado em cinco eixos de atuação: Paz, Pessoas, Planeta, Prosperidade e Parcerias, com o lema é: “Ninguém pode ficar de fora!”.



Fonte: <https://sc.movimentoods.org.br/os-5ps-da-sustentabilidade>

/

No cumprimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável, na mitigação das emissões de carbono e das alterações climáticas, a SMD, deu o seu contributo para este desígnio:

Para 2024 estavam previstos dois projetos que contemplavam melhorias no comportamento energético dos empreendimentos da SMD nomeadamente o projeto de reabilitação do sistema de AVAC do Fórum Machico e a Recuperação do Centro Cívico do Estreito de Camara de Lobos.

Ambos projetos não foram executados, devido à falta de abertura de fundos comunitários para o financiamento de medidas de eficiência energética dos edifícios públicos.

No que se refere à manutenção dos empreendimentos da SMD, continua a ser efetuada a substituição de lâmpadas e equipamentos por outras mais eficientes e com menor consumo energético, melhorando o comportamento energético dos empreendimentos, mitigando desta maneira, as emissões de carbono na atmosfera.

As alterações climáticas, e a importância de as ter em consideração, está patente nos estudos e na execução da empreitada de reabilitação e reforço imediato da estrutura do passeio marítimo da Praia Formosa – Socorridos, na medida em que se trata de uma área sujeita à ação do mar e à erosão das escarpas, que nos últimos anos têm sido muito fustigadas, e como tal, têm-se verificado algumas derrocadas.

B. Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável (vide artigo 47.º do RJSERAM);

No cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável na mitigação das emissões de carbono, das alterações climáticas e de eficiência energética, a SMD deu o seu contributo para este desígnio:

A execução de investimentos de reabilitação e revitalização de algumas infraestruturas e equipamentos coletivos da SMD estão equacionados com a otimização de fontes de energia alternativos de modo a diminuir a pegada ecológica, nomeadamente:

- o As necessidades de iluminação dos empreendimentos localizados no Concelho de Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz e Machico, para a otimização dos consumos de eletricidade e modernização dos equipamentos destes empreendimentos, melhorando o conforto, segurança e serviços para os visitantes.
- o Reabilitação dos equipamentos multimédia e de iluminação de cena dos espaços culturais e auditórios da SMD.

Desenvolveram-se campanhas internas que incentivem hábitos alinhados com a sustentabilidade, com destaque para a sensibilização da redução de impressão de documentos, impressão a preto e branco e frente e verso e, por conseguinte, a redução de papel e de tinta.

A digitalização da correspondência permitiu, e permite, uma poupança de tempo e otimização na circulação da correspondência. Complementarmente, o início da elaboração de normas e procedimentos para o arquivo centralizado virtualmente da correspondência.

C. Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (vide n.º 2 do artigo 48.º do RJSERAM)

Existe uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, da SMD, sem qualquer prática discriminatória entre género, religião ou ideologia. De notar que dos 9 trabalhadores ativos, 5 são mulheres.

Promover o equilíbrio entre a vida pessoal e familiar com a vida laboral – A SMD, estimula a conciliação da vida pessoal com a familiar, como por exemplo:

- a. a conciliação do período de férias entre casais e filhos, sobretudo os que estão em idade escolar
- D. Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela empresa, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional (vide n.º 1 do artigo 48.º do RJSERAM)

A SMD, enquanto empresa pública regional tem implementado políticas de recursos humanos, dentro dos vários constrangimentos, orientados para a valorização e capacitação do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, sendo de realçar a formação profissional.

Todos os seus trabalhadores são tratados com respeito e integridade.

O Código de Ética e Conduta contempla exigentes comportamentos éticos e deontológicos, prevenindo o tratamento com equidade de todos os seus trabalhadores e demais titulares de interesses legítimos.

- E. Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 43.º do RJSERAM). Referência ao plano de ação para o futuro e das medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição aos riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.).

A transparência é um valor da SMD, a que acrescem os valores da Responsabilidade, Compromisso, Excelência e Inovação.

A visão da SMD, não está dissociada da transparência, mais rigorosa ainda quando se trata de uma sociedade de interesse público. A sua ação visa a rentabilização dos ativos que lhe estão afetos, através da conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos. Cabe, aqui, uma referência à transparência existente nas aquisições de bens e serviço, empreitadas e concessões, em suma processos de contratação pública, em que é utilizada a plataforma da AcinGov e publicitada no sítio da internet e conforme mais bem identificado nos mapas de contratação pública, anexa às demonstrações orçamentais.

Como valor e princípio ético, a transparência é mais do que obrigação, é o desejo de informar tudo aquilo que, no plano empresarial possa afetar significativamente os interesses legalmente protegidos pelo que quem mais informado estiver, melhor decisões pode tomar.

Vivemos na sociedade da informação, que observa cuidadosamente cada um dos passos dados pelas empresas, que nem sempre é devidamente percecionada, e nessa situação estão as Sociedades de Desenvolvimento, nas quais se inclui a SMD.

Nesta matéria há ainda um longo caminho a percorrer, que passa pela necessidade de forma estruturada de aperfeiçoar a transparência com o desenvolvimento, na relação com os stakeholders, meios de comunicação e a sociedade em geral e cujo objetivo é aumentar a acessibilidade da empresa e melhorar a compreensão da sua dimensão e impacto social e público. Em suma, conseguir que a transparência seja um ativo reconhecível da SMD, e que todos os stakeholders com quem se relaciona recebem as informações corretas, a tempo e de forma compreensível.

A SMD, cumpre com os princípios da transparência financeira a que alude o artigo 15.º do SERAM, com a sua contabilidade (patrimonial e orçamental) organizada nos termos legais, com utilização das aplicações informáticas SIGORAM e SIAG.

São perfeitamente identificáveis todos os fluxos financeiros, operacionais e económicos existentes entre a SMD, e as entidades públicas regionais titulares do respetivo capital social.

Não existem quaisquer despesas não documentadas.

Ainda no domínio da transparência de referir que a SMD, cumpre com a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso e publica no seu site os pagamentos em atraso a fornecedores e de cliente e os compromissos plurianuais assumidos.

X. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Verificação do cumprimento das recomendações

Não aplicável.

2. Outras informações: a empresa deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

Não aplicável.

SMD, S.A. – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, aos 28 dias do mês de fevereiro de 2025.

Aprovado por deliberação n.º 26/2025 de 28 de fevereiro, do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração

A Presidente,



(Nivalda Gonçalves)

A Vogal,



(Fátima Carvalho Correia)



Sociedade Metropolitana
de Desenvolvimento S.A.

ANEXOS

**RELATÓRIO
DO GOVERNO
SOCIETÁRIO
2024**

1. Demonstrações Não Financeiras relativa ao exercício de 2023 que deverá conter informação referente ao desempenho e evolução da sociedade quanto a questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, igualdade de género, não discriminação, respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e tentativas de suborno

Não aplicável, uma vez que a SMD, não excede um número médio de 500 trabalhadores, conforme referido no artigo 66.º-B do CSC.



2. Deliberação do Conselho de Administração - aprovação do RGS 2024

3. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 52.º do RJSERAM.



Sociedade Metropolitana
de Desenvolvimento S.A.

5. Ata da reunião da Assembleia Geral - aprovação por parte dos titulares da função acionista do Relatório e Contas e o Relatório Societário 2024

RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

2024



Sociedade Metropolitana
de Desenvolvimento S.A.

Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. No desempenho das funções que nos estão legalmente confiadas e de harmonia com o mandato que nos foi atribuído, acompanhamos a atividade da **Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.** durante o exercício de 2024 e procedemos às verificações que julgámos convenientes, nomeadamente no que respeita à escrituração dos livros, registos contabilísticos e documentação de suporte, tendo obtido sempre, quer da Administração quer dos serviços, os esclarecimentos solicitados.
2. Acompanhamos a atividade da Sociedade durante o exercício, nomeadamente em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais. No final do exercício examinámos os documentos de prestação de contas e o Relatório de Gestão do Conselho de Administração que se encontra elaborado em obediência aos requisitos legais e em conformidade com os referidos documentos de prestação de contas, espelhando a situação da empresa e aludindo às operações de maior significado. Em consequência do exame efetuado, emitimos nesta data a respetiva Certificação Legal das Contas, na modalidade de opinião com reservas e com ênfases, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.
3. Aferimos o Relatório do Governo Societário, referente ao exercício de 2024, preparado pela Administração nos termos do n.º 1 do artigo 52.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho. Da análise efetuada, não foram identificadas incorreções materiais.
4. Nos termos do n.º 2 do artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais, e encontrando-se a Entidade numa situação de perda de metade do seu capital social, deverá a mesma indicar em todos os seus atos externos, nomeadamente correspondência e contratos, o montante do Capital Próprio segundo o último balanço aprovado. Adicionalmente, nos termos do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, deverá a Administração requerer a convocação da Assembleia Geral para que o acionista tome as medidas julgadas convenientes.
5. Face ao exposto, e não tendo tomado conhecimento de violação da Lei e dos Estatutos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual aprobe:
 - a) O Relatório de Gestão do Conselho de Administração, bem como as contas por este apresentadas, relativos ao exercício de 2024;
 - b) A proposta do Conselho de Administração quanto à aplicação dos resultados.

Lisboa, 7 de março de 2025

O Fiscal Único

PKF & Associados, SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Avenida 5 de Outubro, nº 124, 7º piso | 1050-061 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 |

Capital Social €47.000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.